

5 ANOS DO GOLPE

Desde a saída da ex-presidenta do Planalto, o país acumula retrocessos e vive um desmonte, com impactos na vida nacional. Dilma faz um balanço e afirma que é chegada a hora de virar o jogo com Lula

LULA NEGOCIA EM BRASÍLIA AUXÍLIO DE R\$ 600 PARA O POVO

Ex-presidente desembarca na capital, articula proposta no Congresso e acena a diplomatas

ISABELA TEIXEIRA APONTA OS RETROCESSOS NA AGENDA VERDE

Em entrevista, ex-ministra do Meio Ambiente diz que país deve agir para reduzir o desmatamento

focus
BRASIL

**INTERDITAR BOLSONARO
E REVOGAR A LEI DE
SEGURANÇA NACIONAL**

em defesa da vida
e da democracia

**NEGACIONISMO E
IRRESPONSABILIDADE
LEVAM BRASILEIROS
À MORTE**

Observatório
da Democracia

Fundação
Cartão Verde

Forças
Vivas

FUNDACÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

LABOR
CAMPES E
KARIELLE FRANCO

LABOR
CAMPES E
KARIELLE FRANCO

LABOR
CAMPES E
KARIELLE FRANCO

ASTROZILDO

Herbert José

focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor Responsável: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Danilo Molina,
Pedro Camarão e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva
Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,
Luiz Caetano e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Arlete Sampaio, Camila Vieira dos Santos,
Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eliane Aquino, Elói Pietá,
Flávio Jorge Rodrigues, Gleber Naime, Helena Abramo,
Iole Ilíada, José Roberto Paludo, Juliana Cardoso, Lais
Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Celeste de Souza da
Silva, Maria Selma Moraes da Rocha, Nabil Bonduki, Nalu
Faria, Nilma Lino Gomes, Nilmário Miranda, Paulo Gabriel
Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales
Fagundes, Teresa Campello e Valmir Assunção

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de
Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),
Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto
(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares
Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),
Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e
Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) - CEP 04117-091

PAUTA
BRASIL

**ASSISTA AO
PROGRAMA
PAUTA BRASIL**
SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E
TRANSMISSÃO

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

expressão



DCM Forlivi

Tv
247



ObservaBR
CAMINHOS DA RECONSTRUÇÃO
E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

Acesse em fpabramo.org.br/observabr

NESTA EDIÇÃO

UM GOLPE PARA DESTRUIR OS AVANÇOS NO PAÍS

AGENDA VERDE. Izabella
Teixeira alerta sobre
desmatamento sem controle
Página 4

VIOLÊNCIA. Polícia no Rio
faz ação com morte de 25
pessoas. PT cobra apuração
Página 10

RETROCESSO. Dilma diz
que país só retrocede desde
o impeachment em 2016
Página 12

LULA. Em Brasília, ex-
presidente articula proposta
para o auxílio de R\$ 600
Página 20

CPI. Ex-ministros confirmam
que Bolsonaro ignorou
alertas sobre a pandemia
Página 21

GUEDES. Ministro passa
vergonha ao ofender o povo
e exibir preconceitos tolos
Página 26

COLOMBIA. Povo toma as
ruas em protesto contra as
reformas neoliberais
Página 32

SAMPER. Ex-presidente
recomenda ao governo que
retome o diálogo social
Página 33

Divulgação

EDITORIAL

RECONSTRUIR O BRASIL

Aloizio Mercadante *



Passados cinco anos do golpe contra Dilma, o Brasil atravessa um dos piores momentos de sua história. A pandemia segue descontrolada, já são mais de 410 mil brasileiros mortos – quatro vezes mais óbitos que a média mundial. A vacinação em massa segue atrasada e marcada por incertezas. E voltamos a enfrentar problemas que pareciam já ter ficado no passado, como a fome, o empobrecimento e o recorde de desemprego. O negacionismo, o despreparo e a falta de coordenação do governo Bolsonaro está conduzindo o país para a sua mais grave crise da história contemporânea.

No início do ano, o país amargava a triste marca de 14,4 milhões de desempregados e 5,9 milhões de pessoas que gostariam de trabalhar, mas desistiram de procurar uma vaga. Puxada pela alta dos alimentos e o abuso nos preços dos combustíveis e do gás de cozinha, a inflação segue acima da meta. Além disso, a insegurança alimentar atingiu 36,7% dos domicílios, no final de 2020, enquanto a desigualdade de renda no trabalho cresceu a patamares recordes. A renda dos 10% mais ricos representou 39 vezes o ganho dos 40% mais pobres.

As promessas de que o afastamento, sem crime de responsabilidade, de uma presidenta eleita democraticamente geraria um choque de confiança nos investidores capaz de recuperar a economia fracassaram. A agenda neoliberal, derrotada quatro vezes seguidas em eleições presidenciais e que foi retomada com o golpe, tem promovido o desmonte do Estado de Bem-Estar Social, inviabilizando a capacidade de atuação do Estado, privatizando empresas estratégicas para o país, retirando direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores e desmoralizando e isolando o Brasil no mundo.

Mais que isso, a farsa do impeachment contra Dilma gerou um Estado autoritário e promoveu o arbítrio e a perseguição política. Ainda dividiu a nossa Nação e deu voz a uma extrema direita obscurantista e negacionista, relegada ao ostracismo político desde o processo de redemocratização. Sem a construção da narrativa da antipolítica, dos abusos judiciais e do *lawfare*, praticados pela Lava Jato, da criminalização do PT e do apoio de setores conservadores da mídia e da classe política, o golpe não teria ocorrido e o Brasil não viveria essa tragédia histórica.

Bolsonaro emergiu do processo de golpe contra Dilma e ganhou mais força a partir da condenação arbitrária e ilegal de Lula, que o impediu de participar das eleições presidenciais de 2018.

Entretanto, o fracasso do governo do ex-capitão, com sua agenda neoliberal e ortodoxia fiscal permanente, iniciadas pelos golpistas, faz com que, hoje, setores que apoiaram e avalizaram o golpe e que atropelaram o Estado de Direito e o devido processo legal tentem se reposicionar politicamente. As sequelas sociais e as fissuras democráticas do Golpe de 2016 inviabilizaram eleitoralmente as principais lideranças da chamada direita liberal tradicional e aprofundaram a polarização política no país. Aqueles que plantaram e semearam o Golpe estão colhendo as consequências de atentar contra a soberania do voto popular.

Já nós, que lutamos pela justiça e contra o *lawfare*, assistimos o STF julgar a incompetência do tribunal e a suspeição do juiz que condenou Lula, assegurando seus direitos políticos plenos. Nós, que lutamos e plantamos democracia, diálogo, um projeto sólido de desenvolvimento do país, participação popular e esperança, seguramente, vamos, em breve, colher com Lula lá uma nova oportunidade de reconstruir o Brasil. O Brasil nunca precisou tanto do PT e de Lula como agora.

* Ex-ministro de Estado, é presidente da Fundação Perseu Abramo.



“O DESMATAMENTO ESTÁ CONTAMINANDO O PRESENTE E O FUTURO”

Ex-ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira afirma que o discurso de Bolsonaro é inócuo e não é levado a sério no mundo. Em um dia, promete deter o desmatamento. No outro, o governo anuncia corte de verbas do sistema de proteção ambiental. “É de uma incompetência política sem precedentes”

Por Pedro Camarão *

Servidora de carreira do Ministério do Meio Ambiente, Izabella foi uma das peças-chave para o Brasil no Acordo de Paris. Ela agora trabalha na Organização das Nações Unidas em diferentes projetos. Nesta entrevista, explica didaticamente porque o Brasil é importante para a segurança climática do mundo. Diz que, apesar da roupagem diplomática, a fala de Bolsonaro não passa de uma carta de apresentação e intenções, mas vazia. “Eu não acho que o Brasil tenha gerado credibilidade como teve no passado”, avalia.

Na visão da ex-ministra, a política ambiental brasileira está desenganada e não tem mais o respeito internacional como no passado. Tanto que, um dia depois de Bolsonaro ter declarado na Cúpula do Clima, sediada pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, o governo brasileiro anunciou um

corte no orçamento do Ministério do Meio Ambiente. “É de uma incompetência política sem precedentes”, critica. Izabella afirma ainda que o simples fato de Biden ter convidado o governo brasileiro para a mesa de negociações já causou desconforto em “players” internacionais.

Ministra durante os governos de Lula e de Dilma, ela lamenta o desmonte do sistema público de gestão do meio ambiente, aprovado por Bolsonaro. E compara o processo que o Brasil está vivendo no setor com uma infestação de cupins que destroem a estrutura por dentro sem que seja possível perceber quão grande é o estrago.

A referência é feita não apenas sobre o Ibama e o Instituto Chico Mendes (ICMBio) que sofrem com cortes de verbas e a com o uso da burocracia para tornar impossível a fiscalização, mas sobre o sistema que está sem estratégia. É isso que

está provocando o desmatamento crescente. “As orientações políticas do presidente são de fato para fragilizar o sistema de vigilância”, afirma a ex-ministra. E antevê que a deterioração da imagem do país no exterior será sentido na balança comercial, a maior dificuldade para a venda no mundo – principalmente na Europa – dos produtos brasileiros.

Integrante na ONU de diferentes grupos de debate sobre as mudanças climáticas e o futuro do mundo e da humanidade, Izabella ainda aponta quais devem ser as preocupações do país e do planeta para o futuro. “O Brasil tem que entender que o futuro é hoje, ele não tem que esperar”, diz. Izabella cobra da sociedade e dos atuais governantes que o país precisa urgentemente de um choque de racionalidade. Leia os principais trechos da entrevista concedida à **Focus Brasil**.

Focus Brasil - Em 2019 e 2020, o desmatamento na Amazônia foi de 10.700km² e 9.800km², respectivamente. São os maiores níveis desde 2008. O ministro Ricardo Salles afirmou que, se o Brasil receber US\$ 1 bilhão de ajuda da comunidade internacional, o desmatamento ilegal poderia ser reduzido em 40%. Como tais contradições se tornam um entrave para o país?

Izabella Teixeira - A primeira questão é que o Brasil é um país importante para a equação climática global. E é importante avançar com soluções de baixo carbono. Isso é bom para o Brasil. Temos alternativas e soluções - o Brasil precisa resolver passivos históricos de desigualdades sociais e de "gaps" de desenvolvimento. Essa agenda está modelando o novo mundo. Entenda: a agenda de clima é a agenda de desenvolvimento. Estamos disputando como nos desenvolver, como crescer economicamente, como ser competitivo nesses mercados. Então, para um país que tem alternativas é uma agenda importante. Tais escolhas o Brasil fez lá atrás nessa direção em um alinhamento com o que é o mundo contemporâneo. Então, é importante para o Brasil porque confere caminhos, alternativas boas, robustas. O país sabe caminhar e deveria ambicionar cada vez mais caminhar nessa trajetória de baixo carbono.

Focus Brasil - Por que a questão climática depende também do Brasil?

Izabella Teixeira - Em função do papel das nossas florestas tropicais. Notadamente, a Amazônia. Não podemos esquecer que o Brasil já destruiu uma floresta tropical que é a Mata Atlântica. Sobraram 10%. Então, nós precisamos agora nos desenvolver a partir de uma nova visão onde a floresta fique em pé e onde o desenvolvimento científico seja um provedor de caminhos e soluções

de natureza política também para o Brasil. Isso é geopolítica. A ciência, que o Brasil também tem um arcabouço robusto e importante, é extremamente importante e relevante para termos soluções não só para a Amazônia, que não pode se desenvolver com base no desmatamento porque não tem nenhum ganho de desenvolvimento, de economia ou social.

A Amazônia tem os menores indicadores de desenvolvimento humano do país e tem a menor participação no PIB brasilei-

O BRASIL ESTÁ NA EQUAÇÃO DA SEGURANÇA CLIMÁTICA GLOBAL, POR QUE O DESMATAMENTO É UM CRIME. E TEM QUE ACABAR. É UM IMPERATIVO

ro. E já desmatou quase 20% do seu território. Se isso agregasse riqueza a gente até estaria discutindo em novas bases porque o desafio climático é o carbono associado a uma economia que precisa ser substituída por novas tecnologias. É isso o que o mundo está dizendo, eu tiro uma planta de térmica de carvão e coloco uma de energia solar ou eólica. É uma conta: emprego tantas pessoas e dou mais competitividade abrindo aqui. O desmatamento, não.

Como o desmatamento é predominantemente ilegal, ele tira, não agrega. É um carbono não econômico. Esse é um segundo aspecto. O Brasil precisa resolver a equação da segurança climática global, mas também tem que remover por imperativo moral, ético e legal. Porque é crime. Nossa lei diz que é crime. O país que ele tem que acabar com isso porque esse desmatamento do passado está contaminando o presente e o futuro.

Focus Brasil - A pergunta que se faz: quais são as emissões da Amazônia fora o desmatamento?

Izabella Teixeira - Essa é a equação do desenvolvimento. Se tirar o desmatamento, quanto a Amazônia emite? Qual é o papel da Amazônia nas trajetórias de desenvolvimento do Brasil nesse mundo que se avizinha de "Net-Zero Emissions". Essas questões não aparecem porque você está preso a uma agenda de desmatamento que o Brasil sabe combater, tem lei, instrumentos, mas apostou no retrocesso por uma equação política que aí está.

A segunda questão pela qual o Brasil é importante: equacionar a Amazônia significa equacionar um aspecto de segurança climática do mundo. E significa exercer um papel de pautar o mundo em torno de novos caminhos. Se o Brasil deixa de desmatar, passa a ser o país que oferece segurança climática, que discute cooperação internacional, alianças e parcerias de outra maneira. Em vez de ser pária do mundo, estaríamos pautando nossos interesses nacionais de uma outra maneira.

Focus Brasil - Mas não é isso que vem ocorrendo...

Izabella Teixeira - Aí vem a terceira questão: quais são os interesses do Brasil? O que o presidente do Brasil fez com essa declaração, usou os arti-

fícios diplomáticos. Ou seja, sugere uma influência do Itamaraty naquele discurso sem precedentes, porque antes o Brasil era negacionista, contra a agenda multilateral... E depois oferece um discurso que busca indicar um realinhamento com os interesses internacionais. E o faz em três situações. Primeiro, quando fala sobre uma intenção política de 2050 e fizeram uma leitura equivocada disso de que o Brasil antecipou 10 anos. Não é verdade. O Brasil, quando fez a atualização da sua MDC em dezembro do ano passado foi mencionado que poderia ter em 2060 uma meta de "Net-Zero Emission" porque a China tinha colocado isso. Tinha uma discussão internacional de que os países desenvolvidos colocavam 2050 e os países em desenvolvimento iriam pra 2060 porque a China colocou isso. Não tem estratégia, não tem nada escrito que diga que o Brasil vai fazer aquilo. Essa imagem de dezembro foi reforçada com o ministro do Meio Ambiente [Ricardo Salles] dizendo que poderia fazer mais com dinheiro internacional.

Focus Brasil - O compromisso do Brasil então não se sustenta.

Izabella Teixeira - Quando o presidente vai para a cúpula do Biden e determina um compromisso político com 2050, não os condiciona a recursos internacionais. Do ponto de vista da leitura política, essa é a reação positiva observada por muitos atores da "diplomacia do clima". A segunda coisa que ele afirma é que reitera o compromisso de acabar com o desmatamento até 2030, mas é um compromisso nosso de 2015, quando o Brasil estava diminuindo o desmatamento, não aumentando. Nós colocamos isso porque havia um combate ao crime. Quando você assume compromissos in-

ternacionais, que são mensuráveis, não é só intenção, você tem que ter todas as salvaguardas para afirmar um compromisso como esse. O atual presidente, não. A fala dele é só uma intenção política, não tem números, nada que explique.

Focus Brasil - Fez um discurso vazio para a comunidade internacional?

Izabella Teixeira - Olha, a terceira coisa que ele fala na direção do que o mundo quer ouvir

PRECISAMOS NOS DESENVOLVER A PARTIR DE UMA NOVA VISÃO: A FLORESTA EM PÉ E ONDE O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO VIRA UM PROVIDOR

é que ele buscará entendimento com a sociedade civil, com direitos humanos, populações indígenas e tradicionais. Então, pega as grandes críticas internacionais ao Brasil e faz uma fala política dizendo que se dispõe a resolver. Então, é um discurso diplomático. Mas, é vazio e de inconsistência. É um discurso feito para a audiência internacional, para que as pessoas ouçam o que precisam ouvir para continuar conversando com o Brasil por conta da COP 26. Todo mundo

precisa de consenso para ter o livro de regras porque a decisão na COP 26 é por consenso global. Mas Bolsonaro não oferece nada concretamente. Como, por exemplo, dizer que embora tenha um compromisso até 2030, entende que temos condição de trazer isso para 2025. Eu não acho que o Brasil tenha gerado credibilidade como teve no passado, mas o discurso não fechou portas. É um discurso que abriu espaço para os "political rooms" [negociações].

Focus Brasil - Mas, logo depois do discurso, Bolsonaro sancionou o Orçamento cortando 33% da verba do Ministério do Meio Ambiente, comprometendo o trabalho de fiscalização. Qual a sua avaliação?

Izabella Teixeira - Isso mostra uma profunda incompetência política. O presidente de um país não pode fazer uma declaração e no dia seguinte estar sujeito a ser desmentido internacionalmente. Isso não pode acontecer. Isso esvazia. O novo presidente dos EUA poderia não ter convidado o Brasil, mas o chamou. Isso causou um desconforto internacional para muitos players. O que fizeram logo depois é de uma incompetência política sem precedentes. Isso cai numa pergunta importante que ninguém fez no Brasil: quem toma decisão política e decisão econômica sobre clima no Brasil e como? Porque as estruturas não existem mais, o Brasil não tem uma governança montada nem transitória, tem uma insuficiência institucional profunda, um desconhecimento profundo da agenda.

Focus Brasil - Há sinais contraditórios.

Izabella Teixeira - Isso reflete possivelmente a grande disputa interna de poder no curto prazo, com outros atores querendo de-



fender a expressão de poder de médio e longo prazo. De que é preciso preservar os espaços do Brasil independente do governo. Na comunidade internacional, de tudo o que eu ouvi das pessoas, é de que o discurso de Bolsonaro não durou 24 horas. Este é o tamanho da credibilidade hoje, para alguns atores internacionais, do atual governo. Ficou claro que quem toma decisão hoje sobre clima, natureza politiza e econômica no Brasil não é uma pessoa que priva da melhor inteligência climática. Isso nem do ponto de vista da geopolítica nem dos interesses do país. Pegou mal lá fora. As reações foram de profundo desconforto e de desconfiança.

Focus Brasil - Em discurso para criadores de gado, Bolsonaro, disse que reduziu a aplicação de multas ambientais em seu governo para optar pelo "aconselhamento" e gerar "paz e tranquilidade" para produtores rurais. Como avalia essa posição do governo? O prejuízo pode ser recuperado? Estamos mais perto de um ponto de não retorno?

Izabella Teixeira - Tudo depende de como se enfoca o problema. O que está desmatado, está desmatado. Todo o caminho que o Brasil trilhou

nos últimos anos para enfrentar o desmatamento, desde o fim da década de 80, está fragilizado. Esse governo passa a ideia de que pode desmatar que não tem problema - "se for pego, daremos um jeito de contornar isso". O Ibama não exerce mais a coordenação da estratégia de combate ao desmatamento. O que disseram foi "vamos cortar as asas do Ibama".

Agora, essa estratégia não eficiente. É só ver que o desmatamento está aumentando. O sistema público de gestão ambiental federal está comprometido. Essa é uma coisa que as pessoas não prestam atenção. O Ibama e o Instituto Chico Mendes são federais, têm competências federais e lidam com ativos da União, inclusive no licenciamento porque o licenciamento é de competência estadual. Excetuando-se situações, o Ibama é quem cuida. Quando você fragiliza isso, está fragilizando o papel da coordenação federativa, que é também um papel nacional.

Focus Brasil - O governo está descumprindo a Constituição?

Izabella Teixeira - A dimensão da fragilização fere o conjunto de proteção ambiental do país que está desenhado na Constituição,

OUTROS TEMPOS

Na Rio+20, Dilma cobra países ricos e promove Brasil como modelo sustentável. Em 2012, a então presidenta lembrou os acordos feitos em conferências passadas e afirmou que o princípio de responsabilidades diferenciadas não está em negociação, apesar de estar esquecido na prática

que está desenhado na Lei Nacional de Meio Ambiente. Eu chamo isso de cupinização.

Focus Brasil - Como assim?

Izabella Teixeira - É como se tivesse um cupim comendo por dentro. Você não tem a dimensão da fragilização. E me parece que as pessoas que estão lá não tem prática na gestão pública [a ex-ministra se refere aos policiais militares nomeados para gerir os órgãos fiscalizadores]. São pessoas erradas nos lugares errados. E me parece que as orientações políticas são de fato para fragilizar. A ponto de os funcionários denunciarem que perderam a capacidade de fiscalizar. Isso é um absurdo. Fiscalização precisa de autonomia. O que está sendo dito é que além de passar a boiada, pode dormir que ninguém vai te incomodar.

Focus Brasil - Ou seja, o desmatamento continua e sem sinais de repressão...

Izabella Teixeira - Isso terá consequências. Inclusive para a União, com sonegação tributária. Não reclamem depois ao quererem vender seus produtos que gente lá fora se recusa a comprar porque é de área embargada. Quando se tira a credibilidade do sistema

de fiscalização, o comprador tem todo o direito de reclamar porque não há mecanismo de controle. Na real, na hora do vamos ver, o governo Bolsonaro entrega o aumento do desmatamento. Essas são medidas que aumentam o desmatamento.

Focus Brasil - Após esse caos sanitário que o mundo vive passar, mas que paralisa o Brasil de muitas formas, o que a senhora entende como essencial enquanto medidas para preservação do mundo e qualidade de vida das pessoas no futuro?

Izabella Teixeira - Tenho discutido muito isso internacionalmente por causa dos grupos que eu participo na Organização das Nações Unidas. O mundo está num momento de mudança de era, não é geracional. Toda a economia do mundo, tudo o que vai acontecer vai ser orientada pela questão climática e vai ser orientada pela pós-covid.

A questão da crise da Covid vai passar, mas se olhar os novos cenários da Organização Mundial da Saúde, eles mostram quão vulneráveis estamos a uma sucessão de novas pandemias. Estamos vivendo um momento de ruptura da relação humanidade com a natureza. E é exatamente aí que as pessoas estão começando a entender. O problema não é só aqui "no meu quintal". É no do outro também.

O que a Covid nos mostrou é que o mundo está interconectado, que é uma humanidade e um planeta. Não é um ambientalista que está dizendo isso. Um vírus parou o mundo e vai determinar essa visão da saúde e clima. Sou agora membro de uma nova iniciativa global que chama Pathfinder. É exatamente sobre essa questão de como vai andar clima e saúde. Se permitirmos o desmatamento, mais estare-

mos expostos a microrganismos que estão naquele ecossistema. E isso é exatamente o processo disruptivo.

Focus Brasil - Há uma mudança de perspectiva sobre a questão ambiental e sanitária...

Izabella Teixeira - O pós-covid vai marcar processos. O mundo está vulnerável e há risco associado a isso. A questão climática é a mesma coisa. O risco climático hoje está no sistema financeiro internacional. A vulnerabilidade do

ESTAMOS VIVENDO UM MOMENTO DE DISRUPTURA DA RELAÇÃO HUMANIDADE COM A NATUREZA. E AS PESSOAS ESTÃO COMEÇANDO A ENTENDER ISSO

sistema financeiro internacional hoje trata da questão climática. As pessoas vão viver a escassez de recursos naturais, as desigualdades serão exacerbadas, não é trivial reverter isso.

Haverá uma pressão dos povos no mundo para circularem porque vão ficar mais vulneráveis. Esse é um mundo possível, se não houver um olhar de projetar o futuro de uma maneira que não seja uma projeção linear do passado.

O Brasil está refém dessa dualidade. Tem gente aqui que já en-

tende isso. Sabe que precisamos anteciparmo-nos para prevenir e nos adaptarmos. Porque não se controla a natureza e tem gente que acha que vai conseguir do passado, do presente, o futuro. E isso não é verdade porque as incertezas são muito grandes.

Então, eu diria que é essencial que se tenha do passado, no Brasil, um aprendizado das boas coisas, do que o país foi capaz de fazer. Mas, a pergunta que tem que ser feita é "o que o Brasil vai entregar da agricultura que é tão importante para a segurança alimentar no mundo, daqui a 30, 40 anos?"

Essa discussão não é apenas sobre como chegamos aqui. É para onde queremos ir. E quais são as ameaças e os caminhos robustos que devemos empreender. As pessoas devem apostar em ciência regional, não apenas em ciência global. A ciência vai ganhar um papel político muito diferente do que tinha até hoje. É preciso pensar nas necessidades locais com os co-benefícios globais, não apenas o contrário.

O Brasil tem que entender que o futuro é hoje, ele não tem que esperar. As novas gerações já têm um entendimento de mundo nessa mentalidade, embora haja tolos. Infelizmente, a base política que dá sustentação a esse governo é ignorante. Mas o futuro vai exigir do Brasil algo que é fundamental na minha opinião, um choque de racionalidade sem precedentes. Precisamos disso imediatamente, inclusive na agenda verde. Portanto, a dona Maria, o seu Pedro, o seu José devem entender que precisam escolher um lado. Ou estão do lado de quem ameaça ou de quem se beneficia. É fundamental discutir qual a cidadania que vai sair desse processo todo, senão teremos mais desigualdades ainda. •



Silvia Izquierdo/AP

BARBÁRIE Ação policial na favela do Jacarezinho foi feita mesmo diante da decisão do Supremo Tribunal Federal proibindo operações de incursão em comunidades. PT denuncia ilegalidade na decisão da Secretaria de Segurança Pública

MASSACRE NO RIO: 25 MORTOS E MUITAS INTERROGAÇÕES

ONU pede investigação independente de operação policial mais letal da história do Rio de Janeiro. Analistas afirmam que ação beneficia milícia amiga de Bolsonaro

Uma operação policial, realizada na quinta-feira, 6, na comunidade do Jacarezinho, na zona norte do Rio de Janeiro, resultou na morte de 25 pessoas, entre elas um policial civil, baleado na cabeça. De acordo com a ONG Instituto Fogo Cruzado, 29 pessoas, entre elas três policiais civis e dois civis foram baleadas ao longo de sete horas de ação policial, considera-

da a mais letal da história do estado fluminense. A história ganhou as manchetes no planeta e levanta dúvidas sobre a política nacional de segurança pública.

A operação no Jacarezinho desrespeita uma decisão do Supremo Tribunal Federal, tomada em junho do ano passado, que proibiu esse tipo de atuação policial durante a pandemia. A exceção é para hipóteses extraordinárias, que devem ser justificadas

junto ao Ministério Público do Rio. O problema é que os procuradores afirmam ter recebido a notificação da ação apenas depois dela ter sido iniciada. As cenas de sangue nas calçadas, tiros nas paredes e os corpos jogados em sacos confirma: a polícia brasileira é a mais violenta do planeta.

Em razão da chacina, o escritório de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas cobrou uma investigação inde-

pendente da ação policial. Em entrevista coletiva em Genebra, o porta-voz de Direitos Humanos da ONU, Rubert Colville, disse que há um histórico de uso desproporcional e desnecessário da força pela polícia. “É particularmente preocupante que a operação tenha ocorrido apesar de uma decisão do Supremo Tribunal Federal de 2020 restringindo as operações policiais em favelas durante a pandemia de Covid-19”, afirmou.

O PT divulgou nota em que repudia a “operação de guerra” no Rio de Janeiro, classificada pelo partido como ilegal. “É urgente interromper a política de extermínio que, em nome de combater o crime, resulta em recordes de mortes nas periferias do país. A verdadeira segurança do povo exige ação responsável das autoridades e um Estado presente na vida das pessoas, com geração de emprego, renda e oportunidades”, defende a nota, assinada pela direção nacional da legenda.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva também se pronunciou e classificou como grave a operação policial resultar na morte de 25 pessoas. “Isso não é segurança pública. É a ausência do Estado oferecendo educação e emprego a causa de boa parte da violência. Os brasileiros estão morrendo sem vacina, de fome e pela violência. Vidas brasileiras importam”, afirmou.

Além de repudiar o massacre no Jacarezinho, o Setorial Nacional de Segurança Pública do PT defendeu que a operação irresponsável jamais deveria ser chamada de “ação policial”, mas de “carnificina”. “A Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, ao arrepiar a decisão do STF, justamente após a visita de Jair Bolsonaro ao estado, autorizou a investida na comunidade do Jacarezinho”, aponta nota. “Envolta

em uma verdadeira operação de guerra, com tiros, voos de helicópteros, desespero e terror, a comunidade conta seus mortos: 25 no total”.

O texto é duro e responsabiliza Bolsonaro: “O governo da política genocida dos 400 mil mortos volta suas garras para o genocídio armado, é isso mesmo que vai acontecer? O governo do Rio de Janeiro passa por cima da decisão da maior corte

LULA: “É GRAVE. ISSO NÃO É SEGURANÇA PÚBLICA. É A AUSÊNCIA COMPLETA DO ESTADO. VIDAS BRASILEIRAS IMPORTAM”

dos pais, corte esta que para defender a vida, tanto de policiais como de cidadãos das comunidades, proibiu a incursão policial em morros durante a maior pandemia do nosso século”. E conclui: “E o que acontece um dia após a visita do mandatário da Nação ao estado do Rio de Janeiro? Ocorre a ação que tem o maior número de vítimas da história da política carioca”.

O Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos da Universidade Federal Fluminense (UFF) também publi-

cou nota. “Protestamos também contra todas as operações policiais que somente no primeiro trimestre deste ano redundaram em 453 mortes, projetando para o ano de 2021 – o Ano 2 da Pandemia da Covid-19 – um quadro de ainda mais homicídios do que os verificados nos anos anteriores, em decorrência da ação policial”, aponta.

Os filhos de Bolsonaro se solidarizam com o único policial morto durante a operação, mas não disseram uma palavra sobre as 24 vítimas fatais da polícia. O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, lamentou as mortes. Em nota, disse que “a ação foi pausada e orientada por um longo e detalhado trabalho de inteligência e investigação, que demorou dez meses para ser concluído”.

Em análise publicada em vários portais, a jornalista Laura Capriglione defendeu que a chacina de Jacarezinho beneficia a milícia amiga de Bolsonaro. Ela sustenta que o pretexto da polícia para deflagrar a operação – proteger crianças do aliciamento de traficantes da facção criminosa Comando Vermelho, que domina o território – é uma vergonha.

A jornalista relembra: “Há extensos territórios controlados pelos milicianos amigos do fascista Bolsonaro. Mas, obviamente, nas áreas controladas pelos amigos de Bolsonaro, não acontecem chacinas como as que vitimam as comunidades controladas pelos grupos rivais dos milicianos”.

No Twitter, o jornalista Reinaldo Azevedo apresentou um mapa da violência no Rio de Janeiro e provocou: “Delegado que comandou operação que resultou em massacre desafia STF. Disse que tráfico se expande. Não. Seu domínio diminui. Hoje, milícias comandam 57% do Rio, onde vivem 30% da população. Alguém já viu ação violenta contra as milícias?” •



ESTA HISTÓRIA NÃO ACABA ASSIM: NÓS VOLTAREMOS

O impeachment fraudulento, que completa 5 anos em maio, foi o primeiro ato do processo de corrosão da democracia, e seu corolário foi a aprovação no Congresso da agenda neoliberal – principal compromisso estratégico dos golpistas, que legaram ao país o desmonte do Estado e o desastroso governo Bolsonaro. Agora, é hora de reconstruir a Nação com a força do povo e a volta de Lula

Por Dilma Rousseff

Este ano está fazendo 5 anos que o país sofreu um Golpe de Estado, com a minha destituição como presidenta, por meio de um impeachment fraudulento, sem crime de responsabilidade. É inquestionável. O Brasil passou progressivamente a viver uma sucessão de retrocessos que incluem inflexão econômica para o mais radical neoliberalismo na economia; conservadorismo e incentivo ao ódio e à violência na sociedade; ataques à soberania; degradação institucional e erosão da democracia.

Por diversas vezes – no meu discurso, em 29 de agosto de 2016, na sessão do julgamento no Senado Federal, e na declaração à imprensa em 31 de agosto, após a decisão do Senado pelo impeachment –, denunciei

o Golpe de Estado. Alertei sobre as consequências deletérias para o Brasil, para a Nação e o nosso povo, do ataque à democracia e a Justiça praticado contra mim, primeira mulher a assumir por duas vezes a Presidência da República.

Naquela ocasião, disse: “O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que representa está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal. Vão capturar as instituições do Estado para coloca-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e do retrocesso social”.

Deixei claro o que estava em jogo e a quem queriam atingir com aquele processo de impeachment. Não era apenas meu mandato. E, por isso, denunciei: “O que está em jogo é o respeito

às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição. O que está em jogo são as conquistas dos últimos 13 anos: os ganhos das pessoas mais pobres e da classe média; a proteção às crianças; os jovens chegando às universidades e às escolas técnicas; a valorização do salário mínimo; os médicos atendendo à população; a realização do sonho da casa própria”.

E continuei: “O que está em jogo é o investimento em obras para garantir a seca no semi-árido, é a conclusão do sonhado e esperado projeto de integração do São Francisco. O que está em jogo é, também, a grande descoberta do Brasil: o pré-sal. O que está em jogo é a inserção soberana de nosso país no cenário internacional, pautada pela ética e pela busca de interesses comuns.

O que está em jogo é a auto-estima dos brasileiros e brasileiras, que resistiram aos ataques dos pessimistas de plantão à capacidade do país de realizar, com sucesso a Copa do Mundo, as Olimpíadas e as Paraolimpíadas. O que está em jogo é a conquista da estabilidade, que busca o equilíbrio fiscal mas não abre mão de programas sociais para a nossa população. O que está em jogo é o futuro do país, a oportunidade e a esperança de avançar sempre mais”.

Ao mesmo tempo previ: “O Golpe não visa apenas me destituir, destituir uma presidenta eleita pelo voto de milhões de brasileiros, voto direto numa eleição justa.(...) O Golpe não foi cometido apenas contra mim e contra meu partido. Isto foi apenas o começo. O Golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática. O Golpe é contra os movimentos sociais e sindicais, é contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e a proteção das leis trabalhistas; direito a uma

O GOLPE PERMITIU RETOMAR A AGENDA DERROTADA NAS URNAS E IMPÔR A AUSTERIDADE FISCAL COMO CLÁUSULA NA CARTA DE 1988

aposentadoria justa; direito à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem a sua história; direito dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido. O Golpe é contra o

povo e contra a Nação. O Golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência”.

1ºATO. O Golpe de 2016

O Golpe de 2016 foi o primeiro ato do processo de corrosão da democracia, e seu corolário foi aprovar no Congresso a agenda neoliberal, seu compromisso estratégico. Por quatro eleições presidenciais consecutivas, esta agenda havia sido rejeitada nas urnas, e a urgência de aprová-la fez com que, logo após o início do processo de impeachment, ainda na interinidade, os golpistas propusessem uma PEC, transformando a austeridade fiscal em cláusula na Carta de 1988.

Conhecida como Emenda do Teto dos Gastos, a proposta inscreveu na Constituição o congelamento, em termos reais, por 20 anos, de todas as despesas correntes do governo federal. Saúde, educação, saneamento, habitação, ciência e tecnologia por exemplo, foram congelados. Cultura, proteção e direitos das mu-

Roberto Stuckert Filho





Divulgação

RETROCESSOS A fome voltou a crescer no Brasil, que continua a enfrentar os mais altos índices de desigualdade do mundo depois de 14 anos de melhoria nos indicadores sociais com o PT. Agora, são 19 milhões de brasileiros sem comida

lheres e dos negros, reduzidos. A proposta deixou, no entanto, sem limites as despesas financeiras, beneficiando os grandes bancos e os rentistas. Retirou o povo do orçamento e retirou a cidadania das decisões sobre a destinação do dinheiro público.

O objetivo era enquadrar o Brasil econômica, social e geopoliticamente à agenda neoliberal. É que a Emenda do Teto dos Gastos buscava de um lado desconstruir e de outro aprofundar o marco legal e institucional da gestão do orçamento existente desde o final da década de 1990 pois havia uma superposição histórica tripla.

No ordenamento existente às instituições e legislações do Estado Nacional Desenvolvimentista de 1940/1960 sobrepujam-se às do Estado de Bem-Estar Social da Constituição de 1988. E, sobre essas duas, agiam as mudanças neoliberais introduzidas no governo Fernando Henrique Cardoso, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e as metas ma-

croeconômicas - inflação, superávit fiscal e câmbio flutuante.

Punições e sanções decorrentes da LRF buscavam conter, na prática, as contradições desse

**EM 2014, O
BRASIL OBTEVE
A MAIOR TAXA
DE FORMALIDADE
NO MERCADO DE
TRABALHO E A
MENOR TAXA DE
DESEMPREGO DA
HISTÓRIA: 4,8%**

arcabouço. Assim, a Emenda do Teto de Gastos coroa o fim do Pacto Social de 1988, ao expressar o espírito econômico proposto no programa golpista Ponte para o Futuro. É o fim da superposição tripla. Daí para frente, marca a constituição de uma estrutura estatal de gestão orçamentária tipicamente neoliberal.

A questão básica foi não deixar espaço algum para que qualquer alternância de poder por 20 anos pudesse recorrer ao uso de instrumentos estranhos aos neoliberais. A aprovação da independência do Banco Central, já no governo Bolsonaro, completa o quadro de controle da máquina pública pela agenda neoliberal.

O outro grande alvo do Golpe de 2016 foi a desregulação do mercado de trabalho. Os principais artigos da legislação trabalhista, conquistados e aperfeiçoados pelas lutas sociais ao longo de décadas, foram revogados ou tiveram seus efeitos benéficos neutralizados. A regra passou a

ser o trabalho precário e intermitente, sendo permitida e ampliada a terceirização dos contratos de trabalho, reduzindo muitos direitos.

Foram criadas toda sorte de obstáculos para o financiamento dos sindicatos, com o objetivo de minar seu poder e influência na sociedade, levando a fragilização do movimento sindical. O resultado tem sido devastador: da maior taxa de formalidade e menor taxa de desemprego da história em 2014 - média de 4,8%, naquele ano - o Brasil saltou para uma imensa massa de milhões de trabalhadores informais e subempregados. Surgiu, assim, um precariado entregue também à superexploração das plataformas digitais. A reforma da aposentadoria levou milhões de pessoas a perder o direito a uma pensão digna e o acesso à velhice com estabilidade de vida.

Bolsonaro deu continuidade ao retrocesso, prosseguindo no desmonte das políticas de redução das desigualdades e de inclusão social desenvolvidas pelos governos do PT. Os retrocessos aconteceram nas mais diversas frentes: meio ambiente, direitos dos povos indígenas, soberania nacional, com a venda de estatais e o desmonte da Petrobrás.

Seguiram-se eventos crescentemente coercitivos, antidemocráticos e violentos. A ordem jurídica, o Estado Democrático de Direito e a normalidade constitucional foram afrontadas. Este imenso retrocesso começou no período de Michel Temer e chegou ao auge com Bolsonaro.

O Golpe de 2016 permitiu, sobretudo, o surgimento da ultradireita, ao cultivar o ódio, a intolerância e a violência. Ademais, a estratégia golpista dos liberais conservadores de criminalizar a política, apoiando-se na operação Lava Jato, e defender e liderar a realização das reformas

impopulares no governo Temer, produziu como dano imprevisto a destruição da viabilidade política dos grupamentos de centro, da centro-direita e da direita.

Deram um tiro no pé. O enfraquecimento da direita e da centro direita, ironicamente devido também à criminalização da política com o objetivo de eliminar o PT e impedir a candidatura de Lula, conduziu o neoliberalismo à aliança com o neofascismo. Foi a fórmula escolhida por seus líderes políticos, sob os aplausos

LULA FOI PERSEGUIDO E CONDENADO POR UM JUIZ QUE GANHOU COMO RECOMPENSA UM CARGO DE MINISTRO DE ESTADO

do mercado financeiro, militares e da mídia. Tudo para que, por meio de votos, esses segmentos voltassem a controlar o poder e implantar a agenda de retrocesso econômico, destruição das conquistas sociais e erosão da soberania do país.

2º ATO. A interdição de Lula

Esse ovo da serpente gerado pelo Golpe em 2016 cresceu e se desenvolveu. Foi embalado e alimentado pela criminalização da política, por meio de setores do

Judiciário e do Ministério Público e por uma mídia persecutória que difundiu o ódio, o preconceito e a violência. Parecem proféticas as palavras que proferi, em maio e agosto de 2016. Ali, antecipei que não ficaria pedra sobre pedra o arcabouço institucional brasileiro, com a fortíssima corrosão da Justiça e da democracia advinda do impeachment fraudulento.

Como acontece com os Golpes de Estado, também o de 2016 começou com o impeachment mas não parou por aí. Construiu o ambiente político que levou à ascensão pelo voto de um governo radicalmente neoliberal na economia e neofascista na política.

Tal fato só se tornou possível por meio da distorção da lei e do uso nefasto das instituições do sistema judiciário, como arma de perseguição e destruição das lideranças progressistas, em especial do PT. A Lava Jato foi o componente estrutural dessa criminalização da política. Juízes devem se manter equidistantes das partes, não podendo atuar em confronto com o réu, nem os procuradores podem se basear em convicções, mas em provas. Tais princípios fundamentais da Justiça foram violados pela força-tarefa da Lava Jato. As revelações da Vaza Jato, divulgadas pelo jornalista Glenn Greenwald, e as gravações da Operação Spoofing revelaram todas as irregularidades da Lava Jato. E, sobretudo, a sua deliberada contribuição para a eleição de Bolsonaro.

Se o ex-juiz e ex-ministro bolsonarista Sérgio Moro e a Lava Jato trabalharam para impor o Estado de Exceção, a mídia funcionou como uma espécie de quarta instância do Poder Judiciário. Ela expunha, julgava e condenava sem permitir o contraditório e o direito de defesa e, tampouco, sem pedir evidências e provas.

O alvo principal desta perseguição foi Lula. Ele era, segundo



Ricardo Stuckert

todas as pesquisas o candidato favorito às eleições presidenciais de 2018. Se vencesse, colocaria por terra o projeto golpista conservador e neoliberal iniciado com o Golpe de 2016.

Sem a condenação, a prisão e a interdição praticada pela Lava Jato, Lula seria eleito presidente. Sem a República de Curitiba, Bolsonaro não se elegeria. Foi assim que chegamos ao segundo ato do Golpe: a indefensável e injusta interdição eleitoral imposta a Lula. O troféu entregue por Sérgio Moro à direita, à extrema direita e aos neoliberais, foi a cabeça do ex-presidente. Como prêmio, o juiz recebeu o cargo de ministro da Justiça oferecido por Bolsonaro, grato por ter sido poupado de enfrentar nas urnas o maior líder popular da história do país.

Só agora, em abril de 2021, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inocência de Lula. A cor-

te não apenas declarou o ex-juiz de Curitiba incompetente para julgá-lo, como reconheceu a suspeição de Sérgio Moro, mostrando que Lula – preso injustamente por 580 dias – foi a vítima de uma ignóbil injustiça.

3º Ato. Bolsonaro, aliança neoliberal e neofascista

Depois do impeachment ilegal e da prisão sem provas de Lula, a eleição de Bolsonaro, com amplo apoio do campo conservador, foi o terceiro ato do Golpe, o ponto culminante do processo iniciado em 2016. Foi uma opção desastrosa do centro e da centro-direita, dos militares, do mercado financeiro, empresários e da mídia oligopolizada. A aposta deu errado e a passagem do tempo revelou que tal aliança foi catastrófica para o país.

Para viabilizar a adoção de sua ultrapassada agenda neoliberal,

tais segmentos se aliaram a Bolsonaro e a seu grupo neofascista, integrado por milícias paramilitares, com segmentos da alta oficialidade das Forças Armadas e a grupamentos extrema direita nacionais e internacionais. Todos acreditavam que podiam tutelar Bolsonaro, ao tempo em que efetivavam as denominadas “reformas neoliberais”, com a desregulamentação do mercado de trabalho, da previdência, do meio ambiente, da economia, das finanças e a retomada do processo de privatizações.

No seu primeiro ano de governo, Bolsonaro não deixou pedra sobre pedra no desmonte do país. Retrocedeu, internamente, nas garantias de direitos sociais, interrompendo o combate à pobreza e a fome, eliminando as oportunidades abertas de inclusão educacional e cultural. Corrompeu a soberania ao rom-

per com a política externa autônoma e independente baseada no multilateralismo, na paz e no respeito à autodeterminação dos povos. Agrediu o Brasil ao desrespeitar o princípio de não-atrelamento a outras nações e seus interesses, ao expressar uma vergonhosa submissão ao governo de Donald Trump e ao desprezar os BRICS, o Acordo de Paris e a América Latina.

Hoje, Bolsonaro é visto no mundo como um dos piores chefes de Estado da história contemporânea, por seu descaso com o flagelo da Covid-19, seu desrespeito ao meio ambiente e sua índole destrutiva e fascista. O líder da extrema-direita brasileira destruiu os frutos de uma política externa ativa, ativa e soberana, que entre 2003 e 2015 desenvolveu uma firme defesa do multilateralismo.

Sem dúvida, o padrão bolsonarista é de terra arrasada. Em um dos seus primeiros discursos, em março de 2019, nos Estados Unidos, num jantar com representantes a extrema direita daquele país, Bolsonaro declarou que sempre sonhara “em

NA PANDEMIA, BOLSONARO FRAGILIZOU A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA MAIORIA DA POPULAÇÃO E ENFRAQUECEU A SAÚDE PÚBLICA

libertar o Brasil da ideologia nefasta de esquerda”. E acrescentou: “o Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa. Para depois nós começarmos a fazer. Que eu sirva para

que, pelo menos, eu possa ser um ponto de inflexão, já estou muito feliz”. A pandemia deixou manifesto até onde irá esse caráter destrutivo do governo de Bolsonaro. Se não for contido, irá além das mais de 410 mil mortes de brasileiras e brasileiros. Será a maior catástrofe da história de nossa Nação e do povo brasileiro.

4º Ato. A gestão genocida da pandemia

E é assim que chegamos ao quarto ato do Golpe de 2016: o verdadeiro genocídio perpetrado contra o povo pela ausência de gestão governamental adequada tanto sanitária como de políticas de proteção social para enfrentar a pandemia da Covid-19.

Antes e durante a pandemia, o governo Bolsonaro fragilizou a rede de proteção social para a imensa maioria da população, enfraqueceu a saúde pública, deixando o país sem os profissionais do programa Mais Médicos, sem leitos suficientes de UTI, sem respiradores, oxigênio e equipamentos de proteção individual. O Brasil se tornou um



dos países que menos vem aplicando testes para identificação do Covid-19 no mundo.

A pandemia do novo coronavírus mostrou, em todos os países, a necessidade e a importância de uma liderança que busque a unidade nacional para enfrentar a epidemia. No nosso caso, coordenando e articulando governadores e prefeitos para fortalecer a saúde pública, o SUS e garantindo proteção social aos setores mais frágeis e atingidos pelo desemprego e a informalidade, dando suporte às empresas para escapar à falência.

Bolsonaro e seu governo negaram a gravidade da Covid-19 e aderiram à hipótese de enfrentamento da pandemia com base na tese da solução por contaminação do rebanho, afirmando que era apenas uma “gripezinha”. O presidente e seu governo deixaram as pessoas se contaminarem e morrerem.

Há mais de um ano, Bolsonaro incentiva aglomerações e rejeita o uso de máscaras. Não investe em equipamentos hospitalares de UTI, não supre quantidades suficientes de oxigênio e, seus ministros da Saúde, com destaque para o general intendente, mostraram-se incapazes de garantir vacinas, aquiescendo ao desatino que é a recomendação do uso da cloroquina. Não é surpresa, portanto, que o Brasil esteja, juntamente com os EUA, na liderança global do número de mortos e de casos de contaminação.

Vivemos uma catástrofe sanitária e social. O país está submetido ao comportamento genocida de um governo que despreza a vida e desdenha dos que choram pelos seus mortos. Ao destruir direitos e revogar conquistas alcançadas pelos trabalhadores ao longo de 13 anos de governos progressistas, a administração ne-

ofascista e neoliberal jogou o país em um abismo.

É verdade que, depois do Golpe de 2016, o Brasil já batia recorde de desemprego. Mas agora, um ano depois da crise sanitária devastar o país pela ação criminosa e irresponsável do atual governo, chegamos a 15 milhões de desempregados e 32 milhões de subempregados. Quatro em cada dez trabalhadores estão exercendo atividades precárias. O dado real é que o país já vive uma catástrofe social além de sanitária.

O resultado está aí, visível a todos – a realidade dolorosa e vergonhosa. A fome, que havíamos vencido em nossos governos, voltou aos lares para 116 milhões de brasileiros. Este é o número de pessoas que vivem com alguma forma de insegurança alimentar. Ou sofrem carência de proteína ou eliminam refeições. Ou simplesmente passam fome: já são 19 milhões de pessoas.

Isso é resultado do desleixo negacionista de Bolsonaro e da

**A INOCÊNCIA DE
LULA CONFIRMADA
PELO STF É VITÓRIA
DA JUSTIÇA E DA
DEMOCRACIA.
E ABRE UMA
PERSPECTIVA
PARA O PAÍS SER
RECONSTRUÍDO**

sua política neoliberal. São os criminosos responsáveis pela catástrofe humanitária no Brasil.

A saída para a crise

Bolsonaro é o resultado do ovo da serpente chocado no Golpe de 2016, no discurso do ódio que o sustentou e na interdição do ex-presidente Lula. Temos muitos combates a travar para enfrentar o pior governo da história do país e restabelecer os direitos que vêm sendo roubados do povo brasileiro desde o impeachment fraudulento.

Mais uma vez, o projeto conservador, neoliberal e neofascista dependerá da neutralização do PT para alcançar seus objetivos. E mais uma vez terá de se conformar com o fato de que o PT resiste e luta. A legenda continua viva, faz oposição firme ao neofascismo e ao neoliberalismo no Congresso, onde tem apresentado e feito aprovar propostas importantes em benefício dos trabalhadores prejudicados pela epidemia.

O PT reconstrói sua histórica identidade com os movimentos populares e as demais forças progressistas e democráticas. O partido sabe que sua força vem das ruas, vem da ação e organização e do diálogo direto com o nosso povo, na cidade e no campo. E, sabemos que é justamente quando a situação está mais difícil que devemos ter esperança, resistir, nos organizar e lutar.

O reconhecimento da inocência de Lula é uma vitória da Justiça e da democracia. E abre uma forte e promissora perspectiva para a luta e a organização do povo brasileiro. Está aberto o caminho para a reconstrução do Brasil. Temos uma alternativa de poder no campo popular. E, sem dúvida, vamos seguir em frente e continuar lutando pela democracia, pela soberania e pela vida. •



LULA REAFIRMA PAPEL DO ESTADO NA DEFESA DO POVO

Ex-presidente passou a semana na capital, articulando proposta para aumentar o auxílio emergencial de R\$ 600 e mantendo encontros com a bancada do PT e líderes de outras legendas. Ele elogiou a iniciativa de Biden de suspender as patentes de vacinas

No momento mais grave da crise sanitária que o país enfrenta, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou a semana em Brasília para tratar de projetos para o enfrentamento da pandemia da Covid-19. Na segunda-feira, 3, ele desembarcou na capital da República e manteve uma intensa agenda de conversas com dirigentes do PT e de outras agremiações políticas. Também conversou com diplomatas europeus e de países lati-

no-americanos para discutir saídas para a crise.

De acordo com a presidente do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), Lula insistiu nas conversas com líderes políticos sobre a necessidade de o Estado brasileiro desempenhar seu papel para tirar o país da crise. “Não dá para enfrentar uma pandemia como esta sem ter a proteção do Estado”, disse. O ex-presidente quer assegurar renda de R\$ 600 para que o povo possa pas-

DIÁLOGO

Lula esteve na quinta-feira, 6, com o ex-presidente Sarney, com quem mantém longa amizade. Também se reuniu com o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) e o presidente do PSD, Gilberto Kassab.

sar pela crise. O governo reduziu o benefício para R\$ 150.

Segundo Gleisi, nas conversas com políticos, o ex-presidente tem destacado que o Estado tem condições de pagar pelo auxílio de R\$ 600. “Estamos com o desemprego em alta, com as pessoas sem renda e grande parte da população passa fome”, lembra a deputada. Na semana que vem, líderes do PT pretendem ampliar a mobilização no Congresso pelo aumento do valor do auxílio.

Outros temas como as vacinas e a crise econômica também estiveram na pauta das conversas do ex-presidente. Gleisi diz que há necessidade de debate diante da crise vivida pelo país, agravada pela pandemia que piorou as condições da economia.

Na quinta-feira, 6, Lula se encontrou com o ex-presidente José Sarney. O encontro teve um caráter pessoal. Ambos são amigos e não se viam desde o início da pandemia. Os dois ex-presidentes têm relação antiga de amizade e Sarney apoiou Lula em sua campanha pela liberdade, durante o processo de perseguição da Lava Jato. Lula também manteve reuniões com o deputado federal Rodrigo Maia (DEM-RJ) e com o presidente do PSD, Gilberto Kassab, além dos integrantes da bancada do PT na Câmara e no Senado. •



Alessandro Dantas

CONDUTA CRIMINOSA Humberto Costa (PT-PE) ao lado dos colegas que integram a CPI: "As informações dos ex-ministros corroboram a ideia de que Bolsonaro tem responsabilidade direta no trágico quadro da pandemia"

CPI AVANÇA E DESARMA ESTRATÉGIA EVASIVA DE JAIR BOLSONARO

Na primeira semana de trabalho, comissão toma depoimentos dos responsáveis pela gestão da crise sanitária. Apesar das negativas de Marcelo Queiroga, os ex-ministros Teich e Mandetta apontaram para a omissão e irresponsabilidade do presidente na condução da pandemia. Os fatos: Planalto ignorou alertas, insistiu na cloroquina e apostou na "imunidade de rebanho"

A primeira semana de trabalho da CPI da Pandemia conseguiu colocar pressão no presidente Jair Bolsonaro e desarmou a estratégia do Palácio do Planalto de tentar se eximir de responsabilidades pela desastrosa condução da pandemia. Para a maioria dos senadores que integram a comissão, depois de ouvir os ex-ministros Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, além do atual titular da Saúde, Marcelo Queiroga, ficou claro que a resposta do governo diante do Covid foi omissa e irresponsável.

“As informações prestadas pelos ex-ministros corroboram a ideia de que Jair Bolsonaro tem responsabilidade direta no trágico quadro da pandemia no Brasil”, resume o senador Humberto Costa (PT-PE), titular da CPI, que também fez críticas ao atual ministro da Saúde. “Além de não responder às perguntas na CPI para blindar o chefe genocida, Marcelo Queiroga não criticou o uso de cloroquina, condenada mundialmente pela ciência, e ainda errou dados sobre a vacinação no Brasil. Foi constrangedor”.

Humberto diz que tanto Mandetta quanto Teich incriminaram Bolsonaro. Os dois ex-ministros revelaram à CPI que havia pres-

ção do presidente pelo uso de cloroquina no tratamento da Covid-19, mesmo sem eficácia comprovada. Teich disse que pediu demissão do cargo porque não tinha autonomia no cargo e era pressionado a adotar a cloroquina. Além da revelação, pesa também contra o governo a ordem dada pelo Planalto ao Exército para a produção em massa do medicamento - prescrito para o tratamento da malária. O laboratório militar tem em estoque o equivalente a 18 anos de cloroquina, o que é prova do mal uso dos recursos públicos.

Além disso, os ex-ministros afirmaram que Bolsonaro não apenas ignorava as orientações da pasta, como tomou decisões ouvindo pessoas sem conhecimento técnico. Mandetta disse que sofria a concorrência, dentro do governo, de assessores, filhos do presidente e de médicos que chegaram a propor um decreto para incluir na bula da cloroquina o tratamento para Covid-19.

O relator da CPI, senador Renan Calheiros (MDB-AL), se mostrou surpreso. E aponta que os depoimentos colhidos até agora mostram “a existência de um gabinete das sombras, um ministério paralelo da saúde, um poder paraestatal” que não só aconselhava o presidente da República

como definia medidas no enfrentamento do coronavírus numa linha contrária à de seus ministros da Saúde.

O senador Rogério Carvalho (PT-SE), que também participou das audiências da CPI, reforça que todos os depoimentos indicam que Bolsonaro é responsável direto pelos mais de 410 mil mortos. “Questionamos o ministro da Saúde sobre a estratégia de Bolsonaro em promover contaminação em massa com a Covid-19. E o próprio ministro reconheceu as ilegalidades do presidente da República”, aponta. No depoimento de quinta-feira, 6, Queiroga disse que é importante evitar aglomerações. “Toda aglomeração deve ser dissuadida, independente de quem faça”, disse.

Rogério considerou “gravíssima” a revelação de que o Ministério da Saúde recomendou o uso de cloroquina para o tratamento da Covid-19, apesar de a Organização Mundial de Saúde considerar ineficaz e perigosa a prescrição do medicamento. “O órgão máximo de representatividade de saúde pública no país, por meio de nota, passou a recomendar uso da cloroquina”, condenou. “Um medicamento já comprovado pela ciência que não tem eficácia e, pior, pode levar ao óbito”. E ataca: “É o governo da morte e da mentira”.

Alessandro Dantas



ALERTA IGNORADO

Ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta revelou ter alertado o presidente sobre a importância do isolamento social. Ele disse que chegou a escrever uma carta a Bolsonaro defendendo a medida



Alessandro Dantas

Humberto diz que o Palácio do Planalto apostou na tese da imunidade de rebanho. “Bolsonaro atuou deliberadamente para espalhar o coronavírus pelo país para ‘não deixar o Brasil parar’ e alcançar a imunidade da população”, ressalta o senador, que é médico e foi ministro da Saúde no governo Lula. “Mandetta confirmou que o presidente atuou para espalhar o vírus pelo Brasil. E Teich confirmou que Bolsonaro trabalhou e pressionou para incluir a cloroquina como protocolo contra a Covid. Bolsonaro terá de responder por tudo isso”, insiste.

Ele avalia que de nada adiantou Marcelo Queiroga tentar blindar o presidente. A conduta irresponsável de Bolsonaro ficou evidente. O ministro insistiu em não responder se recebeu orientação de Bolsonaro para o Ministério da Saúde recomendar a prescrição de hidroxicloroquina. Mas ao se recusar

**MANDETTA
CONFIRMOU QUE O
PRESIDENTE ATUOU
PARA ESPALHAR
O VÍRUS E TEICH
QUE BOLSONARO
O PRESSIONOU
A PRESCREVER
CLOROQUINA**

a avaliar a posição do presidente em defesa do medicamento, expôs a posição controversa e criminosa do chefe do governo. Sobre as recomendações médicas para a adoção de medidas de isolamento social, Queiroga disse que não faria “juízo de valor”, quando questionado se concordava com a declaração de Bolsonaro de que poderia editar decreto contra a política de isolamento social.

As evasivas de Queiroga não conseguiram esconder as contundentes revelações dos ex-ministros. Segundo Mandetta, o presidente foi alertado sobre a importância do isolamento social. Ele disse que chegou a escrever uma carta a Bolsonaro defendendo a medida. O documento foi entregue à CPI. Mandetta também declarou que não partiu do Ministério da Saúde a orientação para produção de cloroquina pelo

SEM AUTONOMIA

Sucessor de Mandetta, o médico Nelson Teich confessou na CPI que deixou a pasta depois de ser pressionado pelo presidente a recomendar o uso de cloroquina para o tratamento da Covid. “Tive de pedir demissão”

Exército - o que coloca a responsabilidade diretamente sobre o Palácio do Planalto.

Já Teich disse que foi a insistência de Bolsonaro com o uso da cloroquina que o levou a deixar o governo. Segundo o ex-ministro, a gota d’água foi uma sequência de falas de Bolsonaro, incluindo a defesa da expansão do uso da cloroquina. Teich disse que tinha a “impressão” de que o governo buscava a imunidade de rebanho para vencer a pandemia. E criticou o discurso do governo federal que coloca a economia e a saúde em oposição.

Humberto considera as revelações comprometedoras para o governo. “Bolsonaro inundou o Ministério da Saúde de negacionismo. Jogou os brasileiros para o vírus. Bolsonaro escolheu o caminho trágico que tomamos”, disse. Para o senador Jean Paul Prates (PT-RN), que também acompanhou as sessões da comissão - embora não seja integrante - os depoimentos foram reveladores e comprometem diretamente o Planalto.

“Bolsonaro incentivou o uso de medicamentos sem qualquer tipo de comprovação científica e, aparentemente, exerceu sua autoridade para que essa posição fosse a do governo”, afirma. “Essa atitude pode ter provocado milhares de mortes e a CPI vai apurar tudo”. •



PAZUELLO FOGE DA CPI PARA LIVRAR A CARA DO PRESIDENTE

Ex-ministro da Saúde, flagrado na semana passada em Manaus sem máscara, alega problemas de saúde para não prestar depoimento à comissão. Não adiantou. Terá de comparecer ao Senado no dia 19

A CPI foi surpreendida na terça-feira, 4, enquanto colhia o depoimento de Luiz Henrique Mandetta, de um comunicado entregue ao presidente Omar Aziz (PSD-AM). Alegando ter mantido contato com oficiais do Exército que teriam testado positivo para a Covid-19, o General Eduardo Pazuello disse que não poderia comparecer à audiência da quarta-feira. Na hora H, o general amarelou. A tentativa de permanecer longe dos holofotes da CPI não colou. O general terá de comparecer no dia 19.

Segundo *O Globo*, durante as sessões de preparação para o seu depoimento na CPI, Pazuello parecia excessivamente nervoso. Daí o pedido de adiamento, que todos interpretaram uma tentativa de fuga. "Vai ser difícil livrar a cara do governo, inclusive fugindo da data marcada na CPI", reagiu o senador Humberto Costa (PT-PE). "Foi Pazuello quem disse, ao lado de Bolsonaro, que 'um manda e o

outro obedece".

O pedido de dispensa de Pazuello foi recebido com desconfiança generalizada entre os integrantes da CPI. O vice-presidente da comissão, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), apresentou requerimento para que o militar mande o teste de Covid-19.

Na tarde de quinta-feira, a chapa esquentou para o ex-ministro da Saúde. Senadores propuseram que o general da ativa do Exército seja alvo de condução coercitiva para depor perante a CPI. Eles citaram a medida após o Estadão revelar que o ex-ministro recebeu, na manhã de quinta-feira, uma visita do ministro Onyx Lorenzoni (Secretaria Geral) no Hotel de Trânsito de Oficiais, onde supostamente estaria em isolamento depois de ter contato com dois servidores que contraíram a doença.

O assunto entrou em debate na CPI após o senador Jean Paul Prates (PT-RN) mostrar a foto publicada pelo jornal e citar a reportagem

para perguntar ao presidente da CPI se alguma providência seria tomada. Relator da comissão, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) descartou a possibilidade de adoção de medidas mais duras contra Pazuello, mas atacou: "Ele precisa colaborar e deixar de usar o Exército como biombo para não vir à CPI. Isso é extremamente irresponsável", disse.

A CPI aprovou 101 requerimentos na semana. São 89 pedidos de informações e 12 para a convocação de testemunhas. Na reunião da quinta, foram 88 requerimentos aprovados. Os parlamentares cobram o envio de documentos de ministérios, órgão do Judiciário, governos e prefeituras.

O presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM), pediu informações ao Ministério da Saúde sobre a compra de exames para a detecção da Covid-19 entre março de 2020 e 2021. Já o relator do colegiado apresentou um pacote de requerimentos para investigar a produção e a compra de cloroquina.

Renan pediu informações do Ministério da Saúde, Comando do Exército e Fiocruz. Entre as informações solicitadas, o senador quer saber qual a quantidade de comprimidos produzidos pelo Laboratório do Exército entre 2018 e 2021.

Humberto Costa e Rogério Carvalho (PT-SE) pediram ao Ministério Público e à Justiça Federal cópias de um inquérito civil e de uma ação de improbidade instaurados para apurar o colapso no abastecimento de oxigênio em Manaus. Humberto também quer informações do Ministério da Defesa sobre leitos mantidos ociosos em hospitais militares. "É inaceitável que se repita o ocorrido em Manaus, com hospitais militares reservando vagas e deixando 72% de leitos de Covid-19 livres, enquanto o resto da população padece desassistida", argumenta. •

GOVERNADORES FORTALECEM DIÁLOGO COM A CHINA PARA TRAZER VACINAS

Fórum pede audiência à embaixada chinesa para garantir insumos e imunizantes e desfazer o mal-estar diplomático causado por Bolsonaro e Paulo Guedes

Diante das trapalhadas diplomáticas do governo Bolsonaro, com ataques do próprio presidente e do ministro Paulo Guedes à China - o principal fornecedor das vacinas contra a Covid - o Fórum dos Governadores solicitou uma audiência ao embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, para tratar do fornecimento de imunizantes e manter aberto o canal de diálogo com o gigante asiático.

“De pronto, estamos afirmando o nosso respeito ao povo da China, respeito pelo trabalho e gratidão pelo fornecimento de vacinas ao Brasil”, declarou o governador do Piauí, Wellington Dias (PT). Ele é presidente do Consórcio Nordeste e co-

ordenador da temática de vacina no Fórum Nacional de Governadores. O órgão quer garantir a manutenção do cronograma de envio do Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA), usado para fabricar o Coronavac.

Os governadores também querem a antecipação, já pedida em ofício enviado ao governo chinês em março, de 30 milhões de doses prontas da vacina chinesa. Para Dias, é de extrema importância a manutenção do cronograma de entrega de IFA para produção de vacinas pelo Instituto Butantan.

Os governadores pleiteiam a transferência tecnológica, pela China, da produção da Coronavac ao Butantan. “Exatamente por confiar e acreditar na vacina”, disse Dias. Ele considera importante vitória a decisão do presidente americano Joe Biden de apoiar a suspensão temporária das patentes de vacinas e medicamentos contra a Covid-19 enquanto durar o surto. A França e a Inglaterra também anunciaram apoio à medida.

FÓRUM TAMBÉM QUER ANTECIPAR ENTREGA DE 30 MILHÕES DE DOSES PRONTAS DA CORONAVAC

“A quebra da patente permite que laboratórios, indústrias brasileiras, por exemplo, não precisem de autorização para produção do IFA no Brasil”, aponta o governador. “A suspensão das patentes também permite maior controle e regularidade na produção e distribuição”. Dias considera a medida a “melhor saída para o Brasil vacinar nosso povo mais cedo.

“A Fiocruz pode produzir a Astrazeneca e outras. O Butantan pode produzir IFA da Coronavac e outros. E a União Química, que já está autorizada a produzir IFA da Sputnik, vai poder iniciar [o desenvolvimento] com menos burocracia”, avalia. Os governadores trataram do assunto com a Organização Mundial da Saúde em março. •



MORTE DE PAULO GUSTAVO DEIXA BRASIL DE LUTO

A morte do ator e comediante Paulo Gustavo, vítima da Covid-19, aos 42 anos, colocou o Brasil de luto. A nação chorou a morte do humorista, um dos mais talentosos artistas de sua geração, lembrado por sua contribuição à indústria cinematográfica nacional e reconhecido por suas posições em defesa do bem comum.

No Twitter, a ex-presidente Dilma Rousseff lamentou a perda. “O Brasil perde um ator extraordinário, um humorista popular que alegrou a todos nós e encheu o país de risadas e amor”, escreveu.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva também se comoveu. “A covid levou hoje mais um de nós. Um grande brasileiro, que brindou nosso país com tanta alegria. Descanse em paz. Seu talento jamais será esquecido”, disse.

Dilma se comoveu também com a pandemia e os fãs de Paulo. “Era um artista de alma generosa e genuinamente comprometida com o povo do nosso país”, disse. A ex-presidente comunicou seus sentimentos para a família do artista. Ela conheceu Paulo Gustavo em 2013, quando ele fez uma visita ao Palácio do Planalto. •

EUA CONCORDAM NA OMC COM SUSPENSÃO DE PATENTES

Medida anunciada pela Casa Branca surpreende o mundo. A posição foi defendida publicamente por Lula na entrevista à CNN, em março. No ano passado, o Grupo de Puebla cobrou dos líderes globais a quebra para o enfrentamento da pandemia. A mesma posição do PT, que apresentou projeto no Congresso

Em uma decisão considerada histórica por especialistas, os Estados Unidos anunciaram na quarta-feira, 5, seu apoio à suspensão de patentes de vacinas contra a Covid-19, durante o surto global da pandemia. O anúncio partiu de Katherine Tai, representante dos EUA em assuntos de comércio exterior em comunicado oficial, informando que a “gestão Biden-Harris” é favorável à “suspensão de proteções de propriedade intelectual de vacinas contra a covid-19”.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem feito a defesa da quebra das patentes para o enfrentamento da pandemia elogiou a iniciativa do presidente democrata. “Quero saudar essa decisão histórica do governo Biden”, disse. “Desde 2020 defendemos que a suspensão do monopólio das patentes é a única saída para vacinação em massa de toda a população”, lembrou. Em março, Lula fez a defesa da quebra das patentes em entrevista à Cristiane Amampour, da CNN. O governo Bolsonaro é contra a iniciativa.

Um projeto de iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS), aprovado há duas semanas no Senado, permite a suspensão temporária



Olimpio

das patentes durante a crise sanitária, permitindo a produção em maior escala de vacinas e outros medicamentos. A proposta está tramitando agora na Câmara dos Deputados, mas o Palácio do Planalto é contra a iniciativa.

O comunicado do governo dos EUA vai na linha do que tem preconizado Lula e o PT. “Essa é uma crise sanitária global, e as circunstâncias extraordinárias da pandemia de Covid-19 pedem por ações extraordinárias”, disse o comunicado de Tai. “O governo federal acredita

fortemente nas proteções da propriedade intelectual, mas para que a pandemia possa ter fim, defende o levantamento dessas proteções para vacinas anticovid”.

O governo americano declarou que os Estados Unidos vão “participar ativamente” de negociações sobre isso na Organização Mundial do Comércio (OMC). A iniciativa foi apoiada pelos governos do Reino Unido e da França. O presidente Emmanuel Macron se mostrou favorável à medida, assim como o primeiro-ministro Boris Johnson. •



Nathalie Nascimento

GUEDES: DE POSTO IPIRANGA A BOLSONARO DA ECONOMIA

O ministro dá sinais evidentes de desconforto com a perda de prestígio no governo. Tentando agradar o capitão, o 'Chicago Boy' não deixa passar uma oportunidade para emitir as mais sinceras e disparatadas justificativas para tentar soar como chefe. Tem passado vergonha...

Fiaador do governo de Jair Bolsonaro junto à direita liberal e ao mercado financeiro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, completa dois anos e cinco meses no cargo isolado e sem credibilidade. Ao longo de sua gestão, diminuiu de tamanho e está isolado. Nem o mercado mais acredita nele. Surpreendente porque, quando entrou no governo, foi saudado como superministro e apontado pelo presidente como o Posto Ipiranga. Agora, coleciona números negativos na economia e declarações embaraçosas, cheias de preconceito e que refletem o pensamento de um tosco. Isso o aproxima da chamada ala ideológica do governo e da própria visão negacionista de Bolsonaro.

O desgaste é público e reconhecido pelo próprio ministro. Em entrevista ao *Globo* no início da semana passada, Guedes afirmou que o apoio de Bolsonaro à agenda liberal, com a qual foi eleito, é cada vez menor. Segundo o ministro, o suporte, que no início era 100%, caiu para 65%.

Antes aclamado como o Chicago Boy, o ministro está cada vez pressionado e sem prestígio político. No final de abril, foi obrigado a realizar uma reformulação no Ministério da Economia, com a troca de quatro secretários e de uma assessora especial. Além disso, vem colecionando desafetos dentro e fora do governo. Como se não bastasse isso, o pouco preparo do ministro para os aspectos gerais da vida pública confirmam sua incapacidade.

O desastre da gestão de Paulo Guedes à frente da economia, refletido nos quase 15 milhões de desempregados, 19 milhões de famintos e 50 milhões de brasileiros no mercado informal de trabalho. Mas, isso não é tudo. Suas declarações e o desempenho da economia brasileira comprovam o seu fracasso à frente da pasta.

Para se defender das críticas a respeito da política econômica, na entrevista ao *Globo*, Guedes apresentou dados irreais da economia. Disse que pegou o Brasil com uma inflação alta e que o entregará com inflação mais baixa. Mentira. Também anunciou que pegou o país crescendo 1% e que o entregará crescendo 3%. Outra cascata. Por fim, jura que pegou o país com 12 milhões de desempregados e o entregará com 10 milhões. Outra fake news.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (Pnad) Contínua do, o país atingiu a taxa de 14,2% de desocupados no trimestre encerrado em janeiro. É a maior alta da série histórica iniciada em 2012 para o período. Com a sua desastrosa política econômica, o Brasil começou 2021 com 14,2 milhões de desempregados e 5,9 milhões de desalentados - pessoas que gostariam de trabalhar, mas desistiram de procurar vaga.

Diferente do que anunciou o ministro, também conforme

O MINISTRO COLECIONA GAFES E INCORPORA O MELHOR DO ESTILO BRONCO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, A QUEM EMULA SEM VERGONHA

o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil caiu 4,1% em 2020, com a atividade econômica registrando a maior contração desde o início da série histórica atual, iniciada em 1996.

Sobre a inflação, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2020 em 4,52%, acima do centro da meta para o ano, que era de 4%. Além disso, os preços dos alimentos acumularam aumento de 14% no ano, maior alta desde 2002 e, apenas entre janeiro e fevereiro de 2021, a alta acumulada no preço do diesel foi de 27% e no preço da gasolina de 34%.

Nesse cenário de crise, Guedes tem se notabilizado mais pelas declarações desastradas do que por propor alternativas e apresentar resultados da economia. Desde o início do governo, o ministro passou a adotar o mesmo estilo do presidente, apelando para declarações preconceituosas e autoritárias.

Em reunião do Conselho de Saúde Complementar, no mês passado, responsabilizou o aumento da expectativa de vida do brasileiro e o avanço da medicina pela situação trágica do setor da saúde. E disparou: "Todo mundo quer viver 100 anos, 120, 130 (anos)... não há capacidade de investimento para que o Estado consiga acompanhar".

Na mesma semana, o ministro da Economia classificou o FIES como um "desastre". Segundo o *Estadão*, sem mostrar provas, Guedes disse que até quem "não tinha a menor capacidade" e "não sabia ler nem escrever" acessou a graduação por meio do Fies. Para exemplificar, afirmou que o filho do seu porteiro foi beneficiado mesmo tendo zerado a prova do vestibular.

Outra gafe de Guedes foi no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. Em seu discurso, o ministro da Economia afir-

mou que “o pior inimigo do meio ambiente é a pobreza”. O acinte chocou os comensais: “As pessoas destroem o meio ambiente porque precisam comer”.

Guedes também se indispôs com o presidente da França, Emmanuel Macron, ao apoiar um comentário de Bolsonaro sobre a primeira-dama francesa. E afirmou: “Ela é feia mesmo, não é nenhuma mentira”.

No ano passado, após o câmbio bater recordes, o ministro elogiou a valorização dólar e disse que quando a moeda estava a R\$ 1,80, todos viajavam para o exterior. “Empregada doméstica indo para a Disney direto, uma festa danada”, disse o indecoroso economista.

Ele também ganhou notoriedade ao declarar, enquanto falava sobre a proposta de Bolsonaro de reforma administrativa, que funcionários públicos viraram “parasitas” diante de um Estado “hospedeiro”. E disparou: “O funcionalismo teve aumento 50% acima da inflação. Além disso, tem estabilidade na carreira e aposentadoria generosa. O hospedeiro está morrendo, o cara (servidor) virou um parasita. O dinheiro não chega no povo e ele (servidor) quer reajuste automático”.

Na famosa reunião ministerial do ano passado, em 22 de abril de 2020, Guedes voltou a protagonizar o papel de ogro da semana, ao mostrar desprezo pelas pequenas empresas e pelo Banco do Brasil. Aos cole-

PAULO GUEDES E SEU PRECONCEITO INDECOROSO E ELITISTA: “EMPREGADA DOMÉSTICA INDO PARA A DISNEY DIRETO, UMA FESTA DANADA”

gas de governo, no Palácio do Planalto, Guedes surge dizendo: “Nós vamos ganhar dinheiro usando recursos públicos pra salvar grandes companhias. Agora, nós vamos perder dinheiro salvando empresas pequenininhas”. E finalizou: “Tem que vender essa porra logo”, em referência nada lisonjeira ao Banco do Brasil.

A série de barbaridades disparadas por Guedes não para por

aí e envolvem falsas acusações de que a China criou a Covid-19. Também incorporou o ex-chefe Augusto Pinochet ao fazer uma enfática defesa do AI-5 – o ato mais duro da ditadura militar brasileira.

De posto Ipiranga à Bolsonaro da economia, em meio a tantas declarações estapafúrdias, até Guedes teve que reconhecer os avanços sociais dos governos do PT. Em um raro momento de lucidez afirmou, em audiência pública na Câmara dos Deputados: “O PT teve realmente a belíssima iniciativa de fazer um programa de transferência de renda importante”.

Ao lembrar-se do efeito social provocado pelo Bolsa Família, o Chigago boy mandou: “[O PT] Ganhou quatro eleições seguidas merecidamente porque fez a transferência de renda para os mais frágeis. Um bom programa, que envolvia poucos recursos e que tinha altíssimo impacto social, e que foi até inspiração para fazermos o dinheiro chegar na base”. Foi seu último lapso de sinceridade. •

A CRISE VAI BEM, OBRIGADO

Bancos têm superlucros

O povo vai mal, mas os bancos vão bem. Com a ajuda de Bolsonaro, as maiores instituições financeiras nacionais – Itaú, Bradesco e Santander – colhem resultados positivos enquanto a economia despenca no abismo. Mas, mesmo faturando, os bancos continuam fechando agências e demitindo trabalhadores.

Juntos, os três grandes bancos brasileiros lucraram R\$ 16,9 bilhões, ou 46,9% mais do que no mesmo período de 2020. E R\$ 300 milhões acima da soma dos lucros registrados no primeiro trimestre de 2019.

O Bradesco obteve lucro de R\$ 6,5 bilhões, alta de 73,6% foi o que mais lucrou, seguido pelo Itaú – R\$ 6,4 bilhões, alta de 63,5%. Embora o Santander tenha obtido o menor lucro – R\$ 4 bilhões – é o maior do banco desde o primeiro trimestre de 2010. E representou 21% do lucro global da corporação.

“É um resultado muito expressivo para um ano de pandemia e com um cenário econômico tão delicado no país”, avalia Vivian Machado, técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), na subseção da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

Segundo Vivian, a rentabilidade também oscilou para cima: “Variou entre 18,7% (no Itaú Unibanco e no Bradesco, ambos crescendo 5,7 pontos percentuais e 7 pontos percentuais, respectivamente) e 20,9% no Santander”. •

Jornal do Brasil

11 de maio de 1937

SÍTIO DO CALDEIRÃO, NO CEARÁ, É MASSACRADO

Duzentos homens da polícia militar do Ceará, munidos de fuzis e metralhadoras, invadem e exterminam a pacífica comunidade de Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, no município do Crato, região do Cariri. O ataque teve o reforço de bombas lançadas por dois aviões enviados pelo ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra. Os que não morreram na hora foram caçados por policiais e jagunços a serviço dos coronéis. Muitos deles morreram degolados. Mais de 200 soldados destruíram o povoado e metralharam os colonos, dizimando aquele povo pacífico. O Exército não guardou registros da operação e até hoje nega o massacre.

11 de maio de 1939

INTEGRALISTAS TENTAM DERRUBAR GETÚLIO

Integralistas atacam o palácio Guanabara, residência do presidente e sua família, e fazem outras operações armadas no Rio de Janeiro, capital da República. Getúlio comandou pessoalmente a resistência, organizada inicialmente por alguns parentes e poucos auxiliares, armados unicamente de revólveres. Durante quase cinco horas, houve intenso tiroteio, sem que nenhum tipo de ajuda chegasse para defender o presidente e sua família. O ataque só terminou horas depois, quando o tenente Severo Fournier resolveu fugir com seus homens.



9 de maio de 1964

CARLOS MARIGHELLA RESISTE À PRISÃO

O ex-deputado comunista Carlos Marighella é localizado e preso por agentes do Dops carioca dentro de um cinema no bairro da Tijuca. Enfrentando os policiais com socos e gritos de "abaixo a ditadura militar fascista!" e "Viva a democracia!", Marighella recebeu um tiro à queima-roupa no peito. Dominado, foi levado ao Hospital Souza Aguiar e de lá para a Penitenciária Lemos Brito. Ficou três meses preso e, antes de cair mais uma vez na clandestinidade, publicou em 1965 o livro "Por Que Resisti à Prisão", uma denúncia contra a ditadura.

13 de maio de 1964

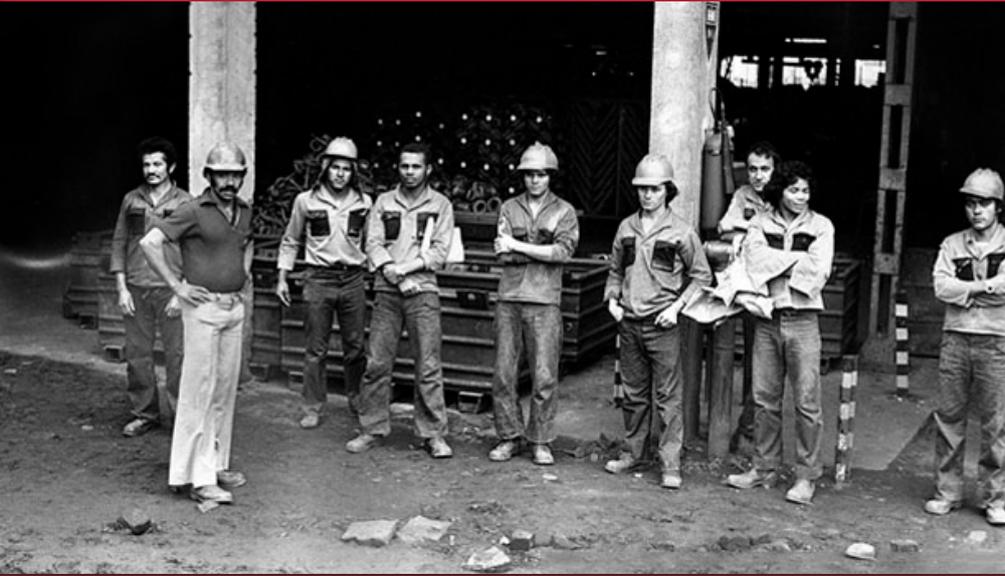
DITADURA ROMPE RELAÇÕES COM CUBA

O Brasil rompe relações diplomáticas com Cuba, assinando a mudança de orientação da política externa brasileira. A nova atitude em relação a Cuba, primeiro país da América Latina a se declarar socialista, decorreu do alinhamento ideológico e diplomático aos norte-americanos, que combatiam o regime de Fidel Castro e haviam patrocinado a fracassada tentativa de invasão do país por anticomunistas na Baía dos Porcos. Como recompensa, os EUA ofereceriam ajuda econômica e militar à ditadura brasileira.

10 de maio de 1985

EMENDÃO REMOVE O LIXO AUTORITÁRIO DA DITADURA

Menos de dois meses depois da posse do presidente José Sarney, é aprovado pelo Congresso o Emendão, como ficou conhecido o pacote de emendas constitucionais que alteraria vários dispositivos da Constituição em vigor, suprimindo leis da ditadura outorgadas em 1967 pelos militares. A supressão de todos os atos de exceção e dispositivos legais antidemocráticos foi um dos compromissos firmados pela Aliança Democrática - a coalizão entre o PMDB e dissidentes do PSD (Frente Liberal) que elegeram Tancredo Neves e José Sarney no Colégio Eleitoral.



12 de maio de 1978

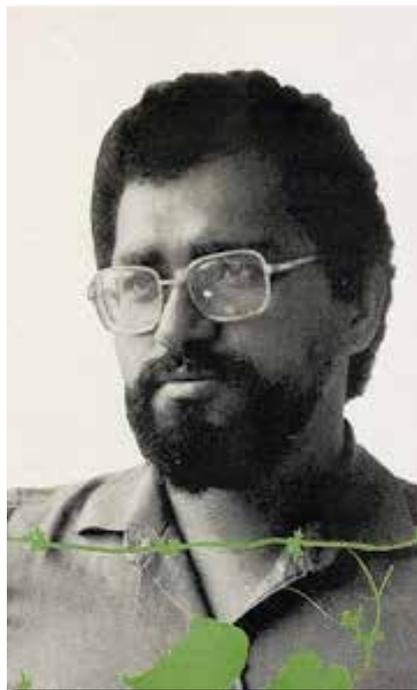
MÁQUINAS FICAM PARADAS NAS FÁBRICAS DO ABC

Trabalhadores do turno da manhã da fábrica de caminhões da Scania-Vabis, em São Bernardo do Campo (SP), batem o cartão de ponto e cruzam os braços diante das máquinas. É o início de uma onda de greves por melhores salários que iria tomar conta da região do ABC paulista e se espalhar pelo país nos meses seguintes. A paralisação na Scania desafiava a lei antigreve da ditadura e surpreendeu os patrões por sua organização: sem piquetes e com a adesão pacífica dos quase 2.500 trabalhadores de todos os turnos. A principal reivindicação era um reajuste salarial de 20%.

10 de maio de 1985

PARTIDOS COMUNISTAS VOLTAM À LEGALIDADE

A aprovação do Emendão devolveu a legalidade aos partidos proscritos. Assim, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), criado em 1922 e posto na ilegalidade em 1946, pôde finalmente recobrar seu registro e o direito de participar das eleições e da vida política nacional. A medida beneficiou também o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), fundado em 1962 a partir de uma dissidência do PCB.



10 de maio de 1986

PADRE JOSIMO É ASSASSINADO A TIROS EM IMPERATRIZ (MA)

O padre Josimo Tavares, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), é assassinado com dois tiros dados pelas costas pelo pistoleiro Geraldo Rodrigues, em Imperatriz (MA). Pelo crime, Geraldo recebeu 50 mil cruzados de Osmar Teodoro da Silva, proprietário de terras e vereador pelo PMDB. O padre foi vítima da repressão no campo na sua forma privada, em que milícias, jagunços e matadores resolvem, por meio do assassinato, as pendências da posse da terra.

12 de maio de 1988

MOVIMENTO NEGRO SE TORNA MAIS VISÍVEL

No centenário da assinatura da Lei Áurea, as principais entidades do movimento negro se recusam a participar de festas oficiais, focadas na figura da princesa Isabel. As organizações realizam atos públicos em diversas cidades do país, que lembram a luta dos escravos. Os militantes protestam contra a discriminação, a exclusão e os problemas sociais ainda enfrentados pela população afrodescendente. No Rio de Janeiro, grupos saem às ruas entoando versos contra o racismo no Brasil, como os do samba-enredo da Mangueira: "Será que já raiou a liberdade ou foi tudo uma ilusão?" Apesar da natureza pacífica do protesto, a polícia cercou os manifestantes, impedindo-os de se aproximar do monumento a Duque de Caxias.



STF/AFP

RECHAÇO À AGENDA DE REFORMAS O povo foi às ruas contra a reforma do governo e reação violenta das forças policiais às reivindicações populares deu em tragédia: 19 mortos, 800 feridos e 87 pessoas desaparecidas

REFORMAS NEOLIBERAIS GERAM ONDA DE PROTESTO E VIOLÊNCIA NA COLÔMBIA

Já dura dez dias a onda de protestos contra a proposta de reforma tributária do presidente Iván Duque. Com objetivo de arrecadar US\$ 5 bilhões em impostos para evitar queda da pontuação do país junto às agências de risco internacional, o governo propôs aumento de impostos sobre a renda e produtos básicos, além da cobrança sobre serviços públicos, atingindo a classe média e os mais pobres

A proposta foi amplamente rejeitada pela população colombiana, que tomou conta das ruas do país. A reação violenta das forças policiais às reivindicações populares já deixou pelo menos 19 mortos, 800 feridos e 87 pessoas desaparecidas. Em meio à escalada da violência, o ex-presidente de direita Álvaro Uribe publicou nas redes sociais uma

mensagem, já bloqueada por violação das regras de incitação à violência, apoiando “soldados e policiais de usar suas armas para defender sua integridade e defender as pessoas e bens da ação criminosa do terrorismo dos vândalos.

Ainda que as manifestações tenham feito o governo recuar da proposta e resultaram na demissão do ministro da Fa-

zenda, Alberto Carrasquilla, os ânimos na Colômbia estão longe de esfriar. “O protesto não diz respeito apenas à retirada da reforma tributária, mas a toda a política do governo de Iván Duque Márquez e do partido majoritário Centro Democrático”, aponta o comunicado da organização Ciudadanías Por La Paz de Colombia.

As reivindicações tratam “do

bloqueio da implementação dos Acordos de Paz, por não proteger os líderes sociais assassinados quase diariamente (mais de 480 durante seu mandato) além da corrupção em todas as ordens que têm caracterizado seu governo". Diz a nota: "Os manifestantes também exigem renda básica para as comunidades rurais e indígenas e para as pessoas de baixa renda que mais sofreram com as consequências da pandemia", finaliza o comunicado.

A respeito da escalada da violência, a Organização das Nações Unidas (ONU) se declarou chocada com os acontecimentos em Cali, quando a polícia deliberadamente espancou e atirou contra manifestantes. Além das Nações Unidas, a União Europeia também condenou a brutalidade policial e pediu que os responsáveis pela repressão respondam por seus atos.

O Grupo de Puebla, que reúne líderes políticos ibero-americanos, incluindo os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, soltou nota em que manifesta preocupação com a situação de violência que se abate sobre a Colômbia e pelos excessos injustificáveis no uso da força que atentam contra as garantias e liberdades próprias da democracia e do Estado de Direito. "Façamos um apelo à calma e ao diálogo. Ao mesmo tempo, rechaçamos o chamado temerário e irresponsável de dirigentes da direita aos membros da força pública para que utilize de forma indiscriminada armas contra a população civil que está nas ruas fazendo uso de seu legítimo direito de reivindicar seus direitos", diz a nota.



ERNESTO SAMPER: “É A HORA DE ABRIR O DIÁLOGO SOCIAL”

Para comentar os recentes acontecimentos na Colômbia, a **Focus Brasil** entrevistou o ex-presidente Ernesto Samper. Ele diz que governo precisa conversar

Focus Brasil - A que o senhor atribui o aumento da violência policial contra manifestantes na Colômbia?

Ernesto Samper - Em primeiro lugar, há uma irritação que se vinha produzindo na Colômbia, como no resto dos países do mundo, em razão das medidas de isolamento, em consequência da pandemia e o efeito que esse isolamento tem produzido nas circunstâncias de vida de muitos colombianos, que tiveram seus salários sacrificados, desempregados, pessoas que tiveram que reduzir suas alimentações diárias de três para duas e até uma alimentação por dia.

Enfim, há uma situação de destabilização social que está de alguma maneira se refletindo na

exasperação e, claro, as medidas policiais de alguma maneira estão dirigidas ao controle da população com o interesse político de alguns partidos que apoiam o governo do presidente Ivan Duque, concretamente o Centro Democrático, que é dirigido por Gustavo Uribe. Ele tem o interesse de criar um cenário de guerra na Colômbia para que, a partir daí, justifique um pedido de linha dura nas próximas eleições e se possa manter o projeto de direita que está governando.

Creio que esses são alguns fatores que de alguma maneira estão no entorno e que explicam não só a agressividade da resposta policial, mas também a presença, novidade na Colômbia, de grupos de vandalismo,

que temos a impressão que estão sendo financiados por setores da direita para produzir uma desestabilização que possa servir a seus propósitos políticos.

Focus Brasil - E qual seria a melhor forma de pacificar essa situação?

Ernesto Samper - A melhor forma, além de ser retirada a reforma tributária que foi apresentada pelo governo e que de alguma forma transferia para a classe média o financiamento dos custos sociais da pandemia, a via mais pacífica e mais democrática é abrir o diálogo social. Evidentemente, teria que ser com setores que atualmente estão se mobilizando, entre os quais estão estudantes, trabalhadores, camponeses, indígenas.

O governo tem que pegar o touro pelos chifres da negociação e sentar-se não só para assegurar o cumprimento das reivindicações que estão nas mobilizações. Mas também o cumprimento de velhos acordos que estavam sendo adiados, como consequência da pandemia. E o próprio desinteresse do governo em certos aspectos, como por exemplo, o cumprimento dos Acordos de Havana, que neste momento, estão atingindo as vítimas. Elas não estão sendo reparadas. Os camponeses não estão sendo substituídos de maneira voluntária no cultivo da coca, mas por meio de procedimentos militares. É um grande espectro de acordos que devem ser incorporados em um diálogo social que seja rápido, útil e construtivo.

Focus Brasil - Quais as perspectivas de superação da crise?

Ernesto Samper - Creio que o primeiro é criar um mecanismo de apuração das responsabilidades institucionais ou dos próprios manifestantes, pelas mais de 30 mortes que se produziram esta semana, igualmente os desaparecidos, as pessoas feridas, as vítimas.

Os familiares dessas pessoas têm o direito de saber em que circunstâncias foram sacrificados seus familiares, onde estão os desaparecidos e quem foram os responsáveis institucionais ou civis dessas lamentáveis circunstâncias.

Em segundo lugar, uma vez retirada a reforma tributária, o que se abre é um canal de possibilidades para começar um diálogo nacional, um diálogo social, no qual devem estar incorporados, necessariamente e em primeiro lugar, os partidos de oposição e

O GOVERNO TEM QUE PEGAR O TOURO PELOS CHIFRES DA NEGOCIAÇÃO E SENTAR-SE PARA TRATAR DAS REIVINDICAÇÕES FEITAS NAS RUAS

os movimentos sociais que promoveram essas mobilizações massivas, pacíficas e democráticas. É preciso reconhecer sua legitimidade e a forma como os colombianos se manifestaram, apesar de todos esses atos de violência que, ao meu juízo, repetido, poderiam obedecer mais a um chamado da direita do que a uma decisão dos inspiradores, promotores dessas mobilizações.

Nesta análise, por meio desses canais que se abrem, é necessário estabelecer pelo menos dois

pontos nesta agenda. O primeiro ponto tem a ver necessariamente com o tema do pacote social que será financiado, apesar dos esforços que o governo tem feito para criar condições de subsídio e de apoio às pessoas fragilizadas pela pandemia, as cifras recentes são realmente desalentadoras. Os níveis de pobreza subiram de 36% a 42%, apenas em um ano, o nível de desemprego já tem mais de 21, 22%, creio que a Colômbia é a região mais afetada em termos de igualdade por efeito da pandemia e a isso se soma o não cumprimento Acordos de Havana e a a polarização ideológica.

Então, me parece que a primeira coisa que se tem que fazer, é acordar um pacote básico em matéria social que teria que incluir itens como a renda básica, os subsídios ao desemprego, a proteção das pensões, o apoio alimentar, a manutenção da educação pública e o fortalecimento dos sistemas sanitários.

Em terceiro lugar, estudar as fontes de financiamento, que não necessariamente tem que ser tributárias e regressivas, se há impostos para os setores mais abastados, que inclusive se beneficiaram da pandemia. Em segundo lugar, teria que buscar soluções alternativas, como as que temos proposto no Grupo de Puebla, por exemplo, o refinanciamento multilateral da dívida externa, a possibilidade de emissões de bancos ao longo prazo para o financiar o governo e programas de cooperação internacional. Temos que fazer esforços para reativar a economia, recuperar o tecido social que podem chegar a custar entre 10% e 12% do PIB e isso não se consegue se não por medidas distintas, medidas audaciosas que de alguma maneira não comprometam a estabilidade econômica do país e permitam recuperar o tempo perdido, especialmente em termos sociais. •

PT SOLIDÁRIO: A LUTA POR COMIDA NO PRATO DE TODOS!

Por Camila Moreno *

A situação do país é muito grave. Enfrentamos um governo ultraliberal, neofascista, que tem um projeto de morte e mata nosso povo de fome e de Covid. Mais da metade da população brasileira está em situação de insegurança alimentar. São 116,8 milhões de pessoas que, segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, não tem certeza se haverá comida suficiente em casa no dia seguinte. É gente que precisou diminuir a qualidade e a quantidade de alimentos que consomem ou estão passando fome.

As consequências das políticas neoliberais de Bolsonaro são revoltantes: 19 milhões de brasileiros passaram fome em 2020. Isso representa 9% da população brasileira. É a maior taxa desde 2004 e quase o dobro do que havia em 2018.

Diante desse revoltante quadro, nós, do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, com consciência do nosso propósito, de estar sempre junto ao povo brasileiro, construímos a Campanha PT Solidário. Uma grande ação nacional de solidariedade para arrecadar e doar alimentos para a população em vulnerabilidade.

As ações de solidariedade não são uma novidade na história do PT. Em 1993, Betinho, ao lado de Lula, organizou a Ação da Cidadania, que foi o maior movimento solidário de combate à fome da nossa história. Ele organizou uma extensa rede de mobilização



formada por comitês locais da sociedade civil organizada, em sua maioria composta por lideranças comunitárias, mobilizando o país no enfrentamento à fome.

Não é por acaso que o flagelo da fome no Brasil só foi superada no governo Lula, por meio de políticas sociais, de segurança alimentar, de transferência de renda e de geração de empregos. Tudo isso foi paralisado com o Golpe que retirou Dilma Rousseff. O impeachment fraudulento também tirou direitos do povo e a falta de comida voltou a assombrar a população. E por isso voltamos a o Mapa da Fome da ONU. Eis o exemplo da diferença que faz um governo do PT.

Com o descaso do governo Bolsonaro no tratamento da pandemia, a aplicação das políticas neoliberais e o fim do auxílio

emergencial de R\$ 600, a situação do país tornou-se ainda mais grave. A cada dia brasileiros perdem seus empregos e ficam sem renda e o básico para a sobrevivência, o direito à alimentação.

Assumi a coordenação da campanha com responsabilidade, em conjunto com a Direção Nacional do PT. Envolvemos todas as Secretarias Nacionais, as Setoriais, os mandatos, os Diretórios Estaduais e Municipais do partido e principalmente, a militância petista. Ela atendeu ao chamado. Juntos, construímos uma campanha que mostra o enraizamento, a capilaridade, a generosidade dos petistas e explicam porque somos patrimônio da classe trabalhadora. Trata-se de uma campanha permanente, até que ninguém mais passe fome no Brasil.

No primeiro dia de ação nacional da campanha, em 17 de abril - Dia Internacional da Luta Camponesa, de memória e resistência do "Massacre de Eldorado dos Carajás" -, doamos mais de 100 toneladas de alimentos. E, no segundo dia nacional, no 1º de Maio - Dia dos Trabalhadores e Trabalhadoras -, doamos mais de 300 toneladas. E assim seguiremos, junto aos movimentos sociais, trabalhando para atravessar esse momento difícil, semeando generosidade para vencer o ódio que se instalou no nosso país. Fazemos isso com muita solidariedade nos corações e mentes, para vencer o neofascismo, o neoliberalismo e a fome.

* Coordenadora nacional da Campanha PT Solidário



QUILOMBOS

A LUTA CONTRA O RACISMO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Com impactos globais bastante significativos, os efeitos da pandemia têm causado danos mais acentuados em determinados grupos populacionais no Brasil. O racismo estrutural de nossa sociedade tem aprofundado sua marca de desigualdade nessa situação de pandemia

Por Givânia Maria da Silva* e Bárbara Oliveira Souza**

As comunidades quilombolas têm vivenciado historicamente efeitos do racismo estrutural. Diversas barreiras no acesso a políticas públicas fundamentais, como as de saúde, educação e as voltadas à regularização fundiária de seus territórios tradicionais, são presentes há gerações nas comunidades. O significativo grau de vulnerabilidade nos quilombos se aprofunda em situações de crises graves, como a atual. A limitada garantia dos territórios quilombolas é um dos elementos que deve ser destacado.

No contexto atual de crise da saúde pública, a maior parte das comunidades não tem assegurado o direito a seus territórios, onde apenas 246 títulos foram expedidos para 357 comunidades quilombolas, em um universo de mais de 6 mil comunidades no país. Os quilombos convivem ainda, em diversas situações, com conflitos, ameaças de expropriação e violências, conforme aponta a Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Esses são fatores necessários para avaliarmos o contexto atual no qual as comunidades quilombolas estão imersas na luta contra os efeitos da Covid-19.

As ameaças de remoção de seus territórios tradicionais são outro fator que tem agravado a fragilidade de algumas comunidades quilombolas no país. Neste cenário de pandemia, comunidades quilombolas, como as situadas no território quilombola de Alcântara, no Maranhão, vivenciam tensões, com ameaças de novos deslocamentos e remoções de parte das comunidades, em razão da tentativa de expansão da base espacial ali situada. Uma série de ações que violam o direito de consulta prévia, livre e assistida, e que não asseguram o

direito à terra previsto na Constituição Federal de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), têm sido tomadas no território de Alcântara, em pleno contexto de pandemia.

A existência das comunidades é fundamentalmente vinculada à garantia dos seus territórios. Os quilombos mantêm vínculos profundos de sua identidade com a terra e território tradicional, a partir dos modos de vida e dos processos de resistência à opressão histórica sofrida, sejam no meio rural ou urbano. A ruralidade é

HÁ UMA OMISSÃO DO ESTADO EM ATUAR NO ENFRENTAMENTO DOS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NOS QUILOMBOS. A SITUAÇÃO É GRAVE

majoritariamente presente, contudo não é uma condição exclusiva das comunidades quilombolas.

Terra e território possuem outros sentidos e usos. Envolvem plantio, produção, vivências e expressões das manifestações culturais, celebrações, construções de espaços sagrados e de vínculo com as memórias ancestrais. As relações e os modos de vida associam-se a outras características de natureza cultural e simbólica, e

a aspectos político-organizativos, como as lutas por reconhecimento e direitos.

No Brasil, a batalha das comunidades quilombolas por seus territórios se fundamenta em marcos legais, como o artigo 68 do ADCT, e os artigos 215 e 216 da Constituição de 1988. É dever do Estado brasileiro garantir os territórios dos quilombos, assim como proteger seus modos de viver, fazer e criar bens materiais e imateriais associados à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade - artigo 268 do ADCT, artigos 15 e 216 da Constituição.

Contudo, cabe destacar a omissão do Estado em atuar no enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 nos quilombos. A atual situação tem deixado os quilombolas ainda mais fragilizados, como destaca Selma Dealdina, quilombola do quilombo Angelim III, no Espírito Santo. "Nosso povo não está conseguindo fazer os testes. Não está tendo testes. Vão aos postos de saúde e lá pedem para voltar, porque não tem. Na cesta básica é muita conversa e pouca ação. É muito decreto, portaria, mas as cestas não estão chegando ao nosso povo, que está com fome. Não está chegando a quem de fato precisa, por causa de impedimento, não tem telefone, não tem luz. Falando do auxílio emergencial, quem tem fome, quem precisa, não será atendido porque a forma como foi usada para inscrição, pela internet, por telefone, não funciona nos quilombos. Os anseios e dúvidas continuam", disse em entrevista ao jornalista Rubens Valente, do UOL.

Descreveremos, a seguir, alguns aspectos que apontam a histórica desigualdade no acesso a políticas públicas e em como esses elementos impactam segmentos vulneráveis, como as comunidades quilombolas no Brasil.

Diversidade e desigualdade brasileira em tempos de pandemia

A emergência na saúde pública tem apresentado resultados bastante preocupantes em todo o mundo. No Brasil, a situação é grave, pois o país está em segundo lugar no número de mortos, em escala global, assim como no quantitativo de casos. São mais de 410 mil pessoas que faleceram em decorrência da Covid-19, e um quantitativo de indivíduos superior a 15 milhões foi infectado.

A forma como ocorre a incidência da pandemia sobre as pessoas no Brasil, contudo, também reflete a desigualdade estrutural existente. Segundo o Ministério da Saúde, em dados publicados em seus boletins epidemiológicos, tem havido o crescimento percentual de pretos e pardos entre internados e entre mortos pela Covid-19. Há registros preocupantes do crescimento da doença em quilombos, somando mais de 165 mortes e mais de 4.590 infectados - de acordo com o site Quilombos sem Covid. Esse crescimento se reflete, também, em terras indígenas, evidenciando o racismo estrutural que opera em desfavor de negros e indígenas.

O Brasil é composto por uma população muito diversa. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua de 2019, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pretos e pardos são a maioria no Brasil. Os dados mostram que a população que se declara preta representa 9,4%, e parda, 46,8%. Juntos, equivalem a 56,2% da população, enquanto os brancos são 42,7%. Ainda de acordo com o IBGE, existem 305 etnias indígenas e mais de 800 mil ciganos.

As comunidades quilombolas, por sua vez, estão presentes em todas as regiões do Brasil, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, man-

tendo a luta histórica pela garantia dos seus direitos. Na atualidade são mais de 6 mil comunidades em todo o país, conforme a CONAQ. Dessas, 3.432 comunidades quilombolas são certificadas pela Fundação Cultural Palmares, 16 das quais pouco mais de 300 têm seus territórios titulados. Segundo o IBGE, há presença quilombola em 1.672 dos 5.570 municípios brasileiros. Ou seja, em 30% dos municípios brasileiros há quilombos. Ainda de acordo com o IBGE, existem 5.972 localidades quilombolas no país.

Essa rica diversidade étnico-racial, entretanto, está ancorada em uma estrutural desigualdade. O Brasil é atualmente um dos países mais desiguais do mundo, com o índice de Gini de 0,509. A desigualdade racial e de gênero está presente no mercado de trabalho, no acesso à educação, à saúde. Os quilombos são parte dos grupos afetados por essa desigualdade.

Os estudos apontam que as desigualdades, já fortemente presentes entre os negros, mulheres, povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, devem se agravar com a pandemia causada pela Covid-19. As maiores vítimas da pandemia são os segmentos mais vulneráveis de nossa sociedade.

A principal organização dos quilombolas do país, a CONAQ, tem destacado os fatores estruturais sobre as consequências do alastramento da pandemia nos territórios quilombolas. Além disso, tem denunciado tal situação ao poder público e formulado proposições com o objetivo de reduzir os danos nas comunidades.

Porém, poucas respostas têm sido dadas pelas autoridades. Ao contrário; ações como os vetos do Executivo aos projetos de lei 1142/2018 e 735/2019 demonstram as dificuldades e o racismo que os quilombolas, indígenas, agricultores familiares e demais

povos e comunidades tradicionais vêm enfrentado no contexto da pandemia de Covid-19.

As ações de prevenção recomendadas pelas autoridades de saúde, no contexto da pandemia do novo coronavírus, são precárias em muitas comunidades quilombolas, por desigualdades históricas, como as más condições de acesso à água em parte significativa dos territórios, onde apenas 15% dos domicílios têm acesso à rede pública de água, a fragilidade nas políticas de saúde em quilombos e o maior risco de incidência de situações de insegurança alimentar em quilombos.

Os dados de saneamento quilombola indicam fatores também preocupantes nesse contexto de pandemia, em que mais de 70% das comunidades quilombolas têm condições precárias de saneamento, como valas a céu aberto e fossas rudimentares. Pesquisas indicam, ainda, que 75% da população quilombola vive em situação de extrema pobreza. Esses aspectos têm sido denunciados historicamente pelo movimento quilombola. Durante a pandemia, essa narrativa ganhou força exatamente pelo risco de piora na desigualdade já existente.

A crítica situação das políticas públicas para as comunidades quilombolas e para a população negra tem outros pontos que demandam atenção. Em estudo realizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), há um detalhamento de como nos últimos anos têm se agravado a situação das políticas de igualdade racial.

De 2014 a 2019 houve um corte de 80% dos recursos destinados às políticas de igualdade racial. Em 2020, a situação se agravou com a extinção do Programa 2034, intitulado Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo, existente no Plano Plurianual 2016-2019, mas não incorporado ao PPA 2020-2023.

Carmela Zigoni destaca ainda o corte descomunal de orçamento para políticas para comunidades quilombolas. De 2017 em diante não houve nenhum recurso para regularização fundiária de territórios quilombolas, da Ação 210V do PPA - Promoção e Fortalecimento da Estruturação Produtiva da Agricultura Familiar, Pequenos e Médios Produtores Rurais.

Em 2020, dos R\$ 3,2 milhões previstos para essa ação, nada foi executado até agosto. A Fundação Cultural Palmares, por sua vez, também não executou nenhum recurso para comunidades quilombolas em 2020, tampouco o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

As políticas públicas existentes para as comunidades quilombolas, que já traziam um histórico de não atenderem muitas das demandas fundamentais das comunidades, estão hoje reduzidas a quase nada. As políticas públicas universais, como as de saúde, também têm sofrido duros golpes nos últimos anos. No contexto grave da pandemia, cabe fazer referência ao subfinanciamento das políticas públicas de saúde federais em R\$ 20 bilhões. Isso ocorre em decorrência da medida de Teto dos Gastos Públicos, que resulta no congelamento dos recursos da saúde e educação por 20 anos.

Considerações finais

A discriminação racial e a desigualdade, tão presentes na sociedade brasileira, e que marcam o histórico da relação do Estado brasileiro com os quilombos, estão em franco processo de agravamento na situação da pandemia. Esses são aspectos que devem ser tratados a partir de medidas a serem tomadas pelos governos locais, estaduais e pelo governo federal, com a devida urgência necessária, obedecendo à Constituição e a tratados e con-

venções internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Cabe ao Estado brasileiro assegurar a sua população, e às comunidades quilombolas, os direitos básicos e a atenção à saúde, de forma a efetivar políticas públicas qualificadas para a redução das desigualdades estruturais que atingem negros, mulheres, indígenas de forma mais determinante, ainda mais agravadas pelos efeitos da pandemia.

O que é possível visualizar, a partir do monitoramento das políticas públicas e das ações dos governos, nesse contexto crítico de pandemia do novo coronavírus, é que têm sido sistematicamente reduzidas as iniciativas voltadas às comunidades quilombolas e à população negra, e aumentada a violação dos direitos desses cidadãos e cidadãs. A situação de vulnerabilidade, vivenciada secularmente nos quilombos, tem se agravado consideravelmente na atual conjuntura.

A luta pelos direitos fundamentais das comunidades quilombolas, todavia, segue em curso, com a incorporação de estratégias necessárias nesse contexto delicado. A elaboração de um banco de dados de monitoramento dos efeitos da Covid-19 nas comunidades e a articulação junto ao Poder Legislativo são alguns dos exemplos.

Outro fato de mobilização relevante é o ingresso da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), junto ao Supremo Tribunal Federal, pela CONAQ e alguns partidos políticos, em função da inexistência de um plano de ação que considere as vulnerabilidades específicas dos quilombos em relação à situação de pandemia.

Com a resistência e a inspiração das raízes ancestrais, seguem em curso as estratégias das comunidades frente a esse contexto desigual e racista em que vive a sociedade brasileira. •



Arquivo

Givânia Maria da Silva é professora substituta da Universidade de Brasília (UnB); pesquisadora associada da Associação de Pesquisadores Negros e Negras (ABPN), do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab/Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - Ceam/UnB/Brasil) e Grupo de Estudos em Políticas Públicas, História e Educação das Relações Raciais e de Gênero (Geppherg/UnB); pesquisadora do grupo de pesquisa Cauim/UnB; cofundadora da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); mestre em políticas públicas e gestão da educação (2012) pela UnB; e doutoranda em sociologia pela UnB.



Arquivo

Bárbara Oliveira Souza é Professora voluntária da UnB vinculada ao Neab/Ceam/UnB, onde ministra disciplinas sobre a questão racial, povos e comunidades tradicionais e sustentabilidade; pesquisadora associada ao Neab/UnB e ao Laboratório de Antropologias da T/Terra (T/terra/UnB); e doutora em antropologia pela UnB.



A CRIAÇÃO DE UM PAÍS INVISÍVEL,

SEM O CENSO DEMOGRÁFICO

Olimpio

A direção do IBGE no governo Bolsonaro, sob o comando de Guedes, confrontou os técnicos, demitiu o diretor de pesquisa e provocou a saída de gerentes da área social. Para fazer novo levantamento demográfico é preciso recompor o orçamento

Por Antonio C. Alkmim

A discussão sobre a realização do censo demográfico no Brasil virou um tema controverso, envolvendo os Três Poderes do Estado: o Executivo, o Legislativo e, recentemente, o Judiciário. Situação prosaica, pois a lei determina que a pesquisa seja realizada decenalmente. Pautado pela perspectiva negacionista do presidente e avesso à informação, o Executivo é aliado do jogo de interesses que se transformou a disputa sobre o Orçamento na Câmara. Já o Judiciário tenta recompor a legalidade.

O resultado deste processo acabou reduzindo a verba tecnicamente projetada para R\$ 3,2 bilhões de reais em 2021, valor

estimado com base no planejamento para a realização do Censo no ano passado, restringida a minguados R\$ 2 bilhões de reais, até atingir os irrisórios R\$ 53 milhões. O valor não garante sequer a execução das atividades preliminares necessárias para o ano corrente, caso o censo seja planejado para 2022.

Ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello reagiu, a partir da iniciativa do governador do Maranhão, Flávio Dino, e determinou a realização do Censo ainda em 2021. E esta decisão sobre tornou-se finalmente um caso de justiça a ser decidida pelo plenário da corte. Além disso, o tema mobilizou a mídia com as mais diversas opiniões de especialistas e leigos.

Uma das opiniões correntes e defendidas por parte dos especialistas e ex-presidentes do IBGE defende a realização do Censo ainda em 2021, adiando de agosto para setembro ou outubro o início da operação. Desde que evidentemente se garantam os R\$ 2 bilhões, que seriam suficientes, a despeito da inevitável elevação dos custos decorrentes da adoção de protocolos de segurança.

O argumento para adiar o Censo de 2020 foi a incidência da pandemia¹⁹. Mas não custa lembrar que, entre março, quando ocorreu o primeiro óbito, até dezembro de 2020, foram computadas 194.994 mortes. Em 2021, em quatro meses entre janeiro até o final de abril o país alcançou 200 mil mortos. O que teria mudado?

Por outro lado, a data de agosto para a realização da pesquisa não é arbitrária, como é sugerido pelos que querem seu início a partir de outubro. Existe a proximidade com o final de ano, período atípico e mesmo com fatores climáticos, como a seca na Região Amazônica que dificulta o acesso àquela população residente.

Segundo a demissionária presidente e o atual, Eduardo Rios Neto, as providências sanitárias necessárias para o empreendimento da tarefa estariam totalmente prontas e adequadas. Talvez caiba, no mínimo, uma ponta de suspeita em relação a esta afirmação, diante de um país com um volume de mortos dos maiores do mundo, enfrentando problemas graves de atendimento à população, com um ritmo lento de vacinação.

Isso sem contar a gestão desastrosa do governo e seu Ministério da Saúde com a propagação de métodos heterodoxos e ineficazes, o que derivou em uma CPI sobre o tema. Suspeita que se amplia ao considerarmos que, a despeito do porte do projeto, que irá até todos os domicílios brasileiros em busca de informações, tais protocolos não foram cancelados por nenhuma instituição da área da saúde.

Mas a questão de forma nenhuma se resume a isso, embora por si só já seja um fato grave. A direção do IBGE no governo Bolsonaro, sob o comando de Paulo Guedes, desde que Suzana Cordeiro assumiu, e agora com Ricardo Dias Neto, confrontou o corpo técnico, demitiu o diretor de pesquisa e provocou a saída de gerentes da área social.

Além disso, provocou uma intervenção no questionário retirando quesitos considerados básicos para o diagnóstico da situação estrutural do país, como a renda e a migração. O efeito desta omissão prejudica estimativas

populacionais previstas em lei e impedem o reconhecimento das desigualdades e da pobreza existentes no país.

Defender o IBGE, como anuncia o atual presidente, não passa apenas pela incorporação de novas tecnologias e articulação com os registros administrativos. Este esforço constante de modernização já vem sendo feito há muitas décadas pelo instituto, pelas diversas gestões que pelo IBGE passaram. A constante incorporação tecnológica nunca foi indiferente ao órgão.

QUE O ATUAL EPISÓDIO SIRVA PARA UMA REFLEXÃO SOBRE O IBGE, SUA IMPORTÂNCIA E SEU PAPEL DENTRO DA ESTRUTURA DO ESTADO

Mas não somos Suécia, ou país similar. Não se captura informações por internet em favelas, periferias pobres, interior, região Amazônica, e mesmo condomínios fechados e avessos a qualquer iniciativa do estado. Nas áreas mais pobres, não apenas pela exclusão digital somente, mas pela dificuldade em responder um questionário complexo.

Por outro lado, é preciso reconhecer as restrições dos atuais registros administrativos, em boa

parte pela ausência de uma coordenação estatística nacional que deveria existir e ser coordenada pelo próprio IBGE. Dificuldades em relação a este problema persistem e algumas não são de breve resolução. Os atrasos advindos de 2020 não são apenas decorrentes da pandemia, mas de dificuldades estruturais que atingem não só o IBGE, mas o conjunto do Estado, diante da política de terra arrasada adotada no país.

Apesar disso, os técnicos e pesquisadores do IBGE pretendem fazer um Censo de qualidade e que forneça o importante e necessário diagnóstico do país. Para isso é preciso a recomposição do orçamento e do cronograma, que sejam factíveis, que se ouçam o conjunto de técnicos da casa, de pesquisadores mais experientes e que realizaram outros censos.

Especialistas que desconhecem o processo complexo de um censo demográfico e formuladores de opiniões aleatórias deveriam ser no mínimo secundarizados - senão descartados - em relação à recomposição do orçamento e a um novo cronograma para o Censo. Dadas as circunstâncias reais, o censo deveria ser postergado para 2022. Infelizmente.

Que o atual episódio sirva para uma reflexão sobre o IBGE, sua importância, seu papel dentro da estrutura do Estado brasileiro, a redefinição do seu estatuto, formato e hierarquia que remonta ao final dos anos de 1960. Sua autonomia financeira, técnica, administrativa e política parece ser, ao exemplo de institutos modelos similares no mundo e que se prezam, desejável. Para melhor servir uma sociedade que se pretende democrática e mais igualitária. •

* Cientista político, é professor da PUC do Rio de Janeiro.



25 ANOS DA PERSEU ABRAMO

Olimpio

FPA RESGATA HISTÓRIA E REAFIRMA SUA MISSÃO DE RECONSTRUIR O PAÍS

“A fundação cumpre um papel fundamental, com capacidade de pensar o Brasil”, destaca Dilma. Mercadante lembrou que, na crise, a entidade trouxe à tona o Plano de Reconstrução do Brasil. Ex-presidentes também celebraram a história e Laís e Zilah Abramo lembram do criador da organização, que morreu em 1996

Durante o evento de celebração dos 25 anos da Fundação Perseu Abramo, transmitido ao vivo pela internet, vários dirigentes do PT e intelectuais que participaram de sua construção destacaram o papel histórico da instituição ao longo dos anos e o desafio de transformar e reconstruir o Brasil diante da pandemia e do governo Bolsonaro. Participaram o presidente da FPA, Aloizio Mercadante, a diretora Elen Coutinho e a presidenta de honra do Conselho Curador, a ex-presidenta Dilma Roussef.

“A fundação foi a mais longa instituição para além das direções do partido. E cumpre um papel fundamental nessa trajetória, com capacidade de pensar

o Brasil”, disse a ex-presidenta. “Neste momento estamos diante de limitações a pandemia nos impõe, a FPA ganha maior relevo instrumento de formação e elaboração suporte às lutas populares e planos de governo, de luta e disputa intelectual, moral e ideológica diante do crescimento dos valores da extrema direita”.

Em um vídeo de abertura, a ex-presidenta da Fundação Perseu Abramo e esposa de Perseu, a militante Zilah Abramo, lembrou que no final da vida dele a última tarefa do jornalista e sociólogo como secretário de Formação Política do PT foi estudar a criação de órgão. “Recebemos como legado todas aquelas características que foram fundamentais na vida dele: a seriedade profissional, o compromisso

com os princípios do partido, o sentido ético e o respeito à pluralidade de opiniões”, afirmou.

A presidenta nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann saudou a fundação: “Inspirados na genialidade de Perseu Abramo, Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido e tantos outros pensadores maravilhosos, que tivemos a honra de ter ao nosso lado, desejo força e sucesso para todos nós nessa empreitada que é a razão de ser da criação do PT”.

Mercadante abriu o evento falando sobre a história agregadora da FPA, que reúne intelectuais, pensadores, líderes e dirigentes empenhados na formulação de políticas públicas e programas de governo ao longo de toda a história do PT, na resistência ao Golpe

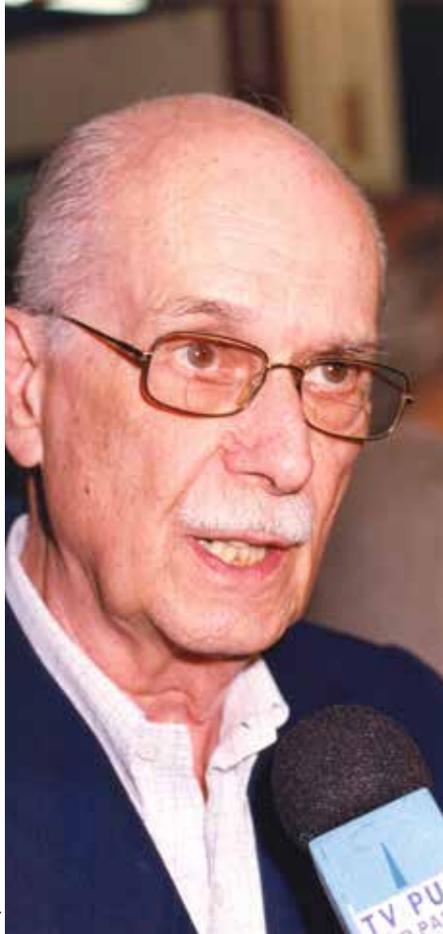
de 2016 e aos retrocessos decorrentes. “Nessa fase organizamos os Núcleos de Acompanhamento das Políticas Públicas – os Napps –, defendendo o legado do PT e apresentando alternativas ao Congresso. O produto mais importante por demanda do PT foi o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil”, afirmou.

Ele agradeceu ainda o apoio da presidenta Nacional do PT, Gleisi Hoffmann, e do presidente do Conselho Curador, Fernando Haddad. Mercadante destacou ainda o papel de Marco Aurélio Garcia na organização do Centro Sérgio Buarque de Holanda. Mercadante homenageou ainda todas as pessoas que perderam a vida em decorrência da Covid-19 na pessoa de Wilson Augusto de Oliveira, diretor da Escola Nacional de Formação do PT, militante histórico, morto em abril.

Fundações parceiras que compõem o Observatório da Democracia mandaram saudações pelo aniversário da FPA, como a Maurício Grabois (PCdoB), Lauro Campos-Marielle Franco (PSOL), João Mangabeira (PSB), Leonel Brizola-Alberto Pasqualini (PDT), Astrojildo Pereira (Cidadania), a Fundação Friedrich Ebert, da Alemanha, além de organizações como a Contag e a CUT.

A diretora Elen Coutinho disse estar honrada por dividir a celebração com Dilma e Mercadante, tão importantes na história do Brasil, especialmente para geração de jovens que acessaram a universidade a partir dos governos do PT. E afirmou que a FPA se tornou referência para intelectuais, artistas, simpatizantes e militantes.

Quatro ex-presidentes da FPA enviaram vídeos para falar sobre o papel histórico da organização e seus desafios. Luiz Dulci disse que criar a fundação do PT era um sonho. E lembrou da atuação do fundador: “Perseu, por suas qua-



Arquivo

UM DOS MAIS DESTACADOS INTELLECTUAIS BRASILEIROS DO SÉCULO 20, ANTONIO CÂNDIDO TAMBÉM FOI UM DOS ENTUSIASTAS DA FUNDAÇÃO

lidades intelectuais e morais, era um homem exemplar do ponto de vista do socialismo democrático que sempre nos inspirou”.

Hamilton Pereira afirmou que de todos os instrumentos construídos para viabilizar a vocação transformadora do PT a fundação é a

mais sólida e duradoura. “Ela se constituiu como espaço autônomo, solidário com o partido, para cumprir com seu objetivo permanente de consolidar cultura política socialista e democrática”, disse.

Nilmário Miranda também lembrou de sua passagem pela FPA. “Corremos o Brasil para fazer um debate preparando eleição da Dilma e fizemos um trabalho muito importante com as demais fundações para avançar na democracia”, disse. “Além de pesquisas de interesse da sociedade sobre LGBT, juventude, mulheres, indígenas e uma relação intensa com a política externa. Um balanço importantíssimo, documentado em livros”.

Marcio Pochmann comentou que após 25 anos a fundação continua a ser o braço intelectual do PT. “São anos de trabalho de produção do conhecimento e sobretudo difusão, articulada e integrada com diversos segmentos preocupados com a mudança da sociedade brasileira, com a emergência do novo sujeito social, diante da sociedade de serviços, que requer uma nova forma de fazer política”, destacou.

Em vídeo, Laís Abramo falou em nome da família. “É uma honra pra nós, da família Abramo, que a fundação tenha o nome do nosso pai, que dedicou à construção e consolidação do partido uma parte muito importante de sua energia nos 16 anos transcorridos desde aquele dia no Colégio Sion em 1980 até sua morte em 1996”.

Um depoimento em vídeo do intelectual Antonio Candido finalizou o evento: “Estou envolvido na coordenação do seminário sobre socialismo, e a fundação é uma das instituidoras desse seminário. Temos publicações como resultado desse seminário que é muito interessante, que têm espalhado o pensamento do Partido dos Trabalhadores por todo o país”. •



Ricardo Stuckert

ração. Hoje por meio dos Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas (Napps) elaborou o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil, junto com o PT Nacional que é uma referência fundamental para as lutas do partido e para as propostas apresentadas pelas bancadas parlamentares do PT no Congresso Nacional, como o auxílio emergencial, alternativas para o teto de gastos, a reforma tributária justa, sustentável e solidária e o fim da Lei de Segurança Nacional e novas medidas legais para a defesa do Estado Democrático de Direito.

Sua produção editorial é referência para o partido e a programação de seminários e ciclos de discussões também tem neste sido fundamental, neste período.

A Fundação Perseu Abramo do Partido dos Trabalhadores tem cumprido papel fundamental no caminho para a transformação do Brasil, em um país mais justo, solidário, soberano, democrático e socialista.

Agradeço a a presidenta de honra companheira Dilma Rousseff, ao presidente do Conselho Curador Fernando Haddad e ao presidente da Fundação, companheiro Aloizio Mercadante pelo importante e estratégico trabalho que realizam e em nome deles, a todos os companheiros e companheiras que contribuíram e continuam contribuindo para a consolidação desse projeto. •

Luiz Inácio Lula da Silva

LULA: FPA TEM CONTRIBUÍDO À TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

Quando o PT teve a possibilidade de criar a sua fundação, viável a partir da criação do Fundo Partidário, a tarefa de traçar os contornos desse novo projeto do partido coube a Perseu Abramo - que tudo que pegava para fazer virava questão prioritária. Uma representação da ética, da seriedade, do compromisso histórico. Poucos tinham sua capacidade de trabalho e dedicação. Mas Perseu nos deixou antes de ver sua obra inaugurada.

E a Fundação se consolidou ao longo desses anos com a contribuição de muitos companheiros e companheiras, entre os quais não posso deixar mencionar a valorosa Zilah Abramo, além de suas filhas Lais, Helena e Bia Abramo que seguem colaborando.

A Fundação Perseu Abramo tornou-se referência e um veículo de expressão da intelectualidade do campo progressista, que procurou e deve seguir buscando estar na fronteira do pensamento crítico.

Lembro da dedicação de Antônio Cândido e Paul Singer quando sugeri que realizassem com o partido um ciclo de discussão sobre socialismo.

A preocupação com a memória do PT e da luta dos trabalhadores está contemplada pela fundação

no projeto do inesquecível nosso Marco Aurélio Garcia, o Centro Sérgio Buarque de Holanda de Documentação e Memória.

Em 2007, a Fundação abrigou a Escola Nacional de Formação do PT e depois passou a realizar cursos de políticas públicas que tinham como público quadros dos nossos governos. Temos tido extraordinárias experiências de formação nestes tempos sombrios de pandemia, que permite aos militantes do partido e dos movimentos sociais aprimorarem seus conhecimentos e estarem cada vez mais preparados para os imensos desafios que temos pela frente.

A fundação contribuiu muito para a defesa do legado dos governos do PT e tem contribuído para elaboração de programas de governo em todas as esferas da fede-

CONTAG DESTACA ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO

A CONTAG ressalta a importância da Fundação Perseu Abramo ao longo desses 25 anos, tanto para a formação política quanto para o fortalecimento da luta pela democracia, soberania nacional, liberdade, justiça social e pela formação e participação política de todas e todos. Ao longo desses anos, a FPA consolidou-se como espaço de reflexão política e ideológica, cultural, de promoção de debates, estudos e pesquisas, respeitando a pluralidade de opiniões, e com grandes contribuições para a educação política.

FUNDAÇÕES PARTIDÁRIAS CELEBRAM ANIVERSÁRIO DA PERSEU ABRAMO

Parceiras no Observatório da Democracia, organizações ligadas a partidos de esquerda lembram do compromisso da FPA com a defesa da democracia e a luta pelos direitos da população brasileira em tempos de embate com o atraso político de Bolsonaro

JOÃO MANGABEIRA (PSB)

“Nós, representantes da Fundação João Mangabeira, a parabenizamos a FPA pelo seu jubileu de prata. Temos a satisfação política e técnica de compartilhar espaço com a FPA e outras sete fundações na elaboração dos trabalhos do Observatório da Democracia, gerando documentos voltados à construção de um pensamento político brasileiro humanista, calcado na diversidade e na igualdade de oportunidades para todos, indistintamente. Parabéns à Fundação Perseu Abramo! Parabéns aos que a conduzem e aos que a construíram.

Márcio França

ASTROJILDO PEREIRA (CIDADANIA)

“O legado construído por vocês nesse quarto de século, em termos de formulação, discussão, divulgação e formação política é relevante para todo cidadão preocupado com a democracia e a construção de uma sociedade mais justa. Nos tempos difíceis que o Brasil atravessa, no qual as conquistas sociais recentes e a própria democracia estão sob ameaça, precisamos estreitar nossas relações e impulsionar a cooperação entre nossas fundações, na defesa da democracia, dos direitos humanos, bem como de todos os grupos de excluídos, explorados e discriminados”.

Caetano Pereira de Araujo



LEONEL BRIZOLA-ALBERTO PASQUALINI (PDT)

“A Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini parabeniza a Fundação Perseu Abramo pelos 25 anos de atividades em nosso país. Órgão de cooperação e formação política, a FPA tem contribuído desde a década de 1990 para o amplo debate político brasileiro com elaboração de conteúdos e eventos que engrandecem a política nacional. Nós, da Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini, sentimos-nos honrados em coparticipar com a Fundação Perseu Abramo em projetos relevantes ao povo brasileiro para a construção de uma nação justa, soberana e livre. Vida longa a Perseu Abramo!”

Manoel Dias

MAURICIO GRABOIS (PCDOB)

“Temos na FPA a primeira parceira destacada de trabalhos e estudos desde a nossa origem. De forma conjunta em nossas trajetórias, as duas fundações têm desenvolvido parcerias que cresceram com outras fundações aliadas, e têm oferecido propostas de ideias e de políticas para as forças progressistas de nosso país em momentos políticos decisivos. Saudamos este quarto de século de vida da FPA”.

Renato Rabello

LAURO CAMPOS-MARIELLE FRANCO (PSOL)

“Gostaria de saudar os 25 anos da Fundação Perseu Abramo pelo trabalho desenvolvido na militância política de esquerda, no desenvolvimento da capacidade de aperfeiçoamento da informação e do aprendizado nesses tempos sombrios da valorização da ignorância e da produção de fake news. São entidades com essa capacidade que precisamos na sociedade brasileira, principalmente nesses momentos, e estaremos juntos sempre nessa batalha contra o obscurantismo”.

Francisvaldo M. de Souza

LSN: ENTULHO REMOVIDO

A revogação da Lei de Segurança Nacional é uma vitória da sociedade brasileira, que teve o apoio de toda a bancada do PT. E é promissora a inclusão, no Código Penal, de vários crimes contra o Estado Democrático de Direito

Por Elvino Bohn Gass *

Foi uma vitória da sociedade brasileira, com o apoio de toda a bancada do PT, a revogação da Lei de Segurança Nacional e a inclusão, no Código Penal, de vários crimes contra o Estado Democrático de Direito. O texto aprovado na Câmara dos Deputados tipifica dez crimes, entre eles os de interrupção de processo eleitoral, formulação e disseminação de fake news nas eleições e atentado ao direito de manifestação.

Com a remoção desse entulho autoritário herdado da ditadura militar, retira-se do governante de plantão a chance de acionar uma lei draconiana contra opositores. Garante-se o exercício pacífico e livre de manifestação de partidos, movimentos sociais, sindicatos, órgãos de classe ou demais grupos políticos, associativos, étnicos, raciais, culturais ou religiosos. As penas para quem agir contrariamente vão de um a doze anos de reclusão.

Trata-se de um avanço enorme. A LSN partia do princípio de que todo cidadão é potencialmente inimigo do Estado, e tratava como hostil toda pessoa, associação de classe ou movimento social com opiniões diferentes dos detentores do poder.

Não por acaso, levantamen-



ESSA LEI PARTIA DO PRINCÍPIO DE QUE TODO CIDADÃO É POTENCIALMENTE INIMIGO DO ESTADO, E TRATAVA A TODOS COM HOSTILIDADE

to da Conectas Direitos Humanos informa que dos 186 inquéritos abertos com base nos pressupostos arbitrários da LSN desde o ano 2000, mais da metade aconteceu no governo de Jair Bolsonaro.

Assim, é de se destacar, agora, a proteção à atuação dos movimentos sociais, num momento em que estão permanentemente sob ameaça de Bolsonaro, que usa a LSN para defender interesses políticos, ideológicos e, sobretudo, econômicos da elite que o elegeu e o mantém no poder a despeito de vários crimes cometidos. A LSN vem sendo usada para perseguir os opositores de um presidente autoritário que tem um projeto ditatorial. O texto aprovado compreende que os movimentos sociais fazem parte da defesa do Estado Democrático e pune os que queiram solapar a democracia e suas instituições.

Democracia demanda ativismo, pluralidade e liberdade, para podermos avançar rumo a um país mais justo, democrático, com respeito ao meio ambiente e aos direitos coletivos. Com a mudança, o direito à manifestação está assegurado, desde que não sejam atos contra a democracia e em defesa de bandeiras absurdas como o AI-5 e a volta da ditadura. O texto aprovado se insere num novo marco condizente com o Estado Democrático de Direito.

Ditadura nunca mais!

* Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é o líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados



Plano de reconstrução e transformação do Brasil

OUTRO MUNDO
É PRECISO
OUTRO BRASIL
É NECESSÁRIO



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Documento histórico, o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil tem como objetivo fortalecer a democracia e recolocar o Estado a serviço do país e do povo. O PT e a Fundação Perseu Abramo propõem a adoção de medidas econômicas de emergência e de longo prazo, com a recuperação de direitos dos trabalhadores e a retomada da soberania nacional.

O texto está disponível no site da Fundação Perseu Abramo: <http://fpabramo.org.br>.

SEMINÁRIO

TERÇA-FEIRA

11/5 - 17H

CONSÓRCIOS PÚBLICOS: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PANDEMIA

● 17H00 – ABERTURA

Aloizio Mercadante – presidente da Fundação Perseu Abramo

Jonas Paulo – coordenador do NAPP-Nordeste/FPA

Ideli Salvatti – conselheira da SNAI/PT

Wilson Cardoso – presidente da Federação dos Consórcios Públicos da Bahia (FECBahia) e membro da Rede Nacional de Consórcios Públicos

● 17H30MIN – PALESTRA – A IMPORTÂNCIA DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Wellington Dias – governador do Piauí e presidente do Consórcio Nordeste

● 18H00 – MESA 1 – A EXPERIÊNCIA DA COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL

Coordenadora: Lidiane César – diretora de Articulação Interinstitucional CEPM-PI

Cláudia Brandão – diretora executiva do Conlagos/MA

Fabiana Mattos – gestora governamental Seplan/BA

Evaldino Calazans – superintendente do CONSBAJU/SE

Elano Damasceno – superintendente do Consórcio CPMRS-RMB/CE

Jeandro Ribeiro – chefe de gabinete da SDR/BA

● 19H30MIN – MESA 2 – CONSÓRCIOS PÚBLICOS NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA

Coordenador: Thiago Xavier – assessor do CODES/GabGov-BA

João Ananias – médico e consultor de Consórcios de Saúde

Moema Gramacho – prefeita de Lauro de Freitas/BA e presidente do Consórcio Metropolitano de Saúde/BA

Carlos Gabas – secretário executivo do Consórcio Nordeste

TRANSMISSÃO:  /fundacao.perseuabramo
 /FundacaoPerseuAbramo

